

Estudo Técnico Preliminar 38/2020

1. Informações Básicas

Número do processo: 60414.000943/2020-54

2. Descrição da necessidade

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços de âmbito nacional (Programa Calha Norte) para a eventual aquisição de veículos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL (R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL (R\$)
1	Motocicleta para uso em todo terreno, com motor de potência mínima de 145CC, partida elétrica e injeção eletrônica. Produto similar a Moto Crosser 150 S ABS da Yamaha. Entrega no Estado do ACRE.	320118	Und	47	15.966,06	750.404,90
2	Motocicleta para uso urbano, com motor de potência mínima de 145CC, partida elétrica e injeção eletrônica. Produto similar a moto CG 160 Start da Honda. Entrega no Estado do ACRE.	318890	Und	25	12.047,28	301.181,90
3	Motocicleta para uso urbano, com motor de potência mínima de 100CC, partida elétrica e injeção eletrônica. Produto similar a moto Biz 110i da Honda. Entrega no Estado do ACRE.	318890	Und	49	10.731,68	525.852,12
4	Motocicleta para uso urbano, com motor de potência mínima de 100CC, partida elétrica e injeção eletrônica. Produto similar a moto Biz 110i da Honda. Entrega no Estado de RONDÔNIA.	318890	Und	16	10.261,32	164.181,06
5	Veículo utilitário para 2 passageiros, tipo furgão, com potência mínima de 80CV. Produto similar ao Fiat Fiorino Evo. Entrega no Estado de RONDÔNIA.	471354	Und	1	75.413,26	75.413,26
	Veículo administrativo para 5 passageiros, tipo <i>hatch</i> , com potência mínima de 70CV.					

6	Produto similar ao Fiat Uno Attractive. Entrega no Estado do ACRE.	298351	Und	16	47.892,49	766.279,90
7	Veículo administrativo para 5 passageiros, tipo <i>hatch</i> , com potência mínima de 70CV. Produto similar ao Fiat Uno Attractive. Entrega no Estado do AMAZONAS.	298351	Und	2	48.873,37	97.746,74
8	Veículo administrativo para 5 passageiros, tipo <i>hatch</i> , com potência mínima de 70CV. Produto similar ao Fiat Uno Attractive. Entrega no Estado do AMAPÁ.	298351	Und	9	48.717,51	438.457,59
9	Veículo administrativo para 5 passageiros, tipo <i>hatch</i> , com potência mínima de 70CV. Produto similar ao Fiat Uno Attractive. Entrega no Estado de RONDÔNIA.	298351	Und	14	47.248,42	661.477,90
10	Veículo administrativo para 5 passageiros, tipo <i>hatch</i> , com potência mínima de 70CV. Produto similar ao Fiat Uno Attractive. Entrega no Estado de RORAIMA.	298351	Und	4	49.370,22	197.480,87
11	Veículo administrativo para 5 passageiros, tipo sedan, com potência mínima de 80CV. Produto similar ao Grand Siena Attractive. Entrega no Estado do ACRE.	298351	Und	4	50.914,32	203.657,29
12	Veículo administrativo para 5 passageiros, tipo sedan, com potência mínima de 80CV. Produto similar ao Grand Siena Attractive. Entrega no Estado do AMAZONAS.	298351	Und	3	51.957,09	155.871,26
13	Veículo administrativo para 5 passageiros, tipo sedan, com potência mínima de 80CV. Produto similar ao Grand Siena Attractive. Entrega no Estado de RONDÔNIA.	298351	Und	2	50.229,61	100.459,22
14	Veículo administrativo para 5 passageiros, tipo sedan, com potência mínima de 80CV. Produto similar ao Grand Siena Attractive. Entrega no Estado de TOCANTINS.	298351	Und	3	50.561,70	151.685,10
15	Veículo administrativo para 7 passageiros, tipo minivan, com potência mínima de 100CV. Produto similar a Spin PREMIER 1.8 da Chevrolet. Entrega no Estado de RONDÔNIA.	288538	Und	1	93.302,49	93.302,49
16	Veículo utilitário picape cabine simples, com motor bicomcombustível (gasolina/etanol) e potência mínima de 80 CV. Produto similar a picape Saveiro Robust da Volkswagen. Entrega no Estado do ACRE.	150070	Und	3	60.012,59	180.037,76

17	Veículo utilitário picape cabine simples, com motor bicomcombustível (gasolina/etanol) e potência mínima de 80 CV. Produto similar a picape Saveiro Robust da Volkswagen. Entrega no Estado do MATO GROSSO.	150070	Und	2	60.439,07	120.878,14
18	Veículo utilitário picape cabine simples, com motor bicomcombustível (gasolina/etanol) e potência mínima de 80 CV. Produto similar a picape Saveiro Robust da Volkswagen. Entrega no Estado de RONDÔNIA.	150070	Und	8	59.205,52	473.644,15
19	Veículo utilitário picape cabine simples, com motor bicomcombustível (gasolina/etanol) e potência mínima de 80 CV. Produto similar a picape Saveiro Robust da Volkswagen. Entrega no Estado do TOCANTINS.	150070	Und	1	59.596,95	59.596,95
20	Minivan para no mínimo 11 lugares, com motor movido à diesel e potência mínima de 100 CV. Veículo similar ao Citroën Jumpy Minibus. Entrega no Estado do ACRE.	288538	Und	1	147.443,67	147.443,67
21	Minivan para no mínimo 11 lugares, com motor movido à diesel e potência mínima de 100 CV. Veículo similar ao Citroën Jumpy Minibus. Entrega no Estado do MATO GROSSO.	288538	Und	1	148.491,49	148.491,49
22	VAN teto alto, com capacidade para transportar no mínimo 15 passageiros, mais o motorista, e com motor à diesel de potência mínima de 130 CV. Produto similar a Van DUCATO MINIBUS COMFORT 2.3 DIESEL da Fiat. Entrega no Estado do ACRE.	264679	Und	1	197.855,76	197.855,76
23	VAN teto alto, com capacidade para transportar no mínimo 15 passageiros, mais o motorista, e com motor à diesel de potência mínima de 130 CV. Produto similar a Van DUCATO MINIBUS COMFORT 2.3 DIESEL da Fiat. Entrega no Estado do AMAPÁ.	264679	Und	1	201.907,99	201.907,99
24	VAN teto alto, com capacidade para transportar no mínimo 15 passageiros, mais o motorista, e com motor à diesel de potência mínima de 130 CV. Produto similar a Van DUCATO MINIBUS COMFORT 2.3 DIESEL da Fiat. Entrega no Estado de RONDÔNIA.	264679	Und	10	195.194,94	1.951.949,38
	VAN teto alto, com capacidade para transportar no mínimo 15 passageiros, mais o					

25	motorista, e com motor à diesel de potência mínima de 130 CV. Produto similar a Van DUCATO MINIBUS COMFORT 2.3 DIESEL da Fiat. Entrega no Estado do TOCANTINS.	264679	Und	4	196.485,45	785.941,80
26	VAN teto alto com capacidade para transportar no mínimo 20 passageiros, mais o motorista, e com motor à diesel de potência mínima de 150 CV. Produto similar a VAN Sprinter 516 (20+1) da Mercedes-Benz. Entrega no Estado do ACRE.	264679	Und	1	253.525,92	253.525,92
27	VAN teto alto com capacidade para transportar no mínimo 20 passageiros, mais o motorista, e com motor à diesel de potência mínima de 150 CV. Produto similar a VAN Sprinter 516 (20+1) da Mercedes-Benz. Entrega no Estado do AMAZONAS.	264679	Und	1	258.718,32	258.718,32
28	Veículo utilitário picape cabine dupla 4x2, com motor biocombustível e potência mínima de 115 CV. Produto similar a Picape Duster Oroch Express 1.6. Entrega no Estado do AMAPÁ.	463232	Und	1	89.723,46	89.723,46
29	Veículo utilitário picape cabine dupla 4x2, com motor biocombustível e potência mínima de 115 CV. Produto similar a Picape Duster Oroch Express 1.6. Entrega no Estado de RONDÔNIA.	463232	Und	1	86.740,33	86.740,33
30	Veículo utilitário picape cabine dupla 4x2, com motor biocombustível e potência mínima de 115 CV. Produto similar a Picape Duster Oroch Express 1.6. Entrega no Estado do TOCANTINS.	463232	Und	4	87.313,80	349.255,20
31	Veículo utilitário picape cabine dupla 4x4, com motor à diesel e potência mínima de 130 CV. Produto similar a picape Fiat Toro Endurance. Entrega no Estado de TOCANTINS.	463232	Und	8	132.692,70	1.061.541,60
32	Veículo utilitário picape cabine dupla 4x4, com motor biocombustível e potência mínima de 160 CV. Produto similar a Picape S10 2.5 AT ECOTEC da Chevrolet. Entrega no Estado do AMAZONAS.	463232	Und	1	146.365,46	146.365,46
33	Veículo utilitário picape cabine simples, com motor à diesel e potência mínima de 160 CV. Produto similar a picape LS 2.8 TDI da Chevrolet. Entrega no Estado do TOCANTINS.	463232	Und	1	179.959,50	179.959,50

34	Veículo utilitário picape cabine dupla 4x4, com motor à diesel e potência mínima de 160 CV. Produto similar a picape L200 Triton Sport GL da Mitsubishi. Entrega no Estado do ACRE.	233460	Und	50	157.141,43	7.857.071,51
35	Veículo utilitário picape cabine dupla 4x4, com motor à diesel e potência mínima de 160 CV. Produto similar a picape L200 Triton Sport GL da Mitsubishi. Entrega no Estado do AMAZONAS.	233460	Und	7	160.359,80	1.122.518,62
36	Veículo utilitário picape cabine dupla 4x4, com motor à diesel e potência mínima de 160 CV. Produto similar a picape L200 Triton Sport GL da Mitsubishi. Entrega no Estado do AMAPÁ.	233460	Und	14	159.848,41	2.237.877,78
37	Veículo utilitário picape cabine dupla 4x4, com motor à diesel e potência mínima de 160 CV. Produto similar a picape L200 Triton Sport GL da Mitsubishi. Entrega no Estado de RONDÔNIA.	233460	Und	6	155.028,15	930.168,88
38	Veículo utilitário picape cabine dupla 4x4, com motor bicomcombustível ou diesel e potência mínima de 160 CV. Veículo adaptado para atender Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública -SEJUSP. Produto similar a picape L200 Triton Sport GL da Mitsubishi. Entrega no Estado do AMAPÁ.	233460	Und	8	178.624,55	1.428.996,42
39	Caminhão para uso fora de estrada, tipo cavalo mecânico tração 6x4, potência mínima de 400CV e PBTC mínimo de 70 toneladas. Veículo similar ao Axor 3344 6x4 da Mercedes-Benz. Entrega no Estado de RONDÔNIA.	455707	Und	3	481.399,10	1.444.197,29
40	Caminhão para uso fora de estrada, tração 4x2, PBT de 10.000Kg, potência do motor mínima de 150 CV, equipado com comboio de lubrificação com capacidade de 2500 litros de óleo diesel. Produto similar ao Produto similar ao Iveco Tector 11-190, equipado com comboio similar ao Pressolub A 2500/3R/1T da Gascom. Entrega no Estado do ACRE.	466040	Und	3	317.689,05	953.067,15
41	Caminhão para uso fora de estrada, tração 4x2, PBT de 16.000Kg, potência do motor mínima de 185 CV, equipado com comboio de lubrificação com capacidade de 5000 litros de óleo diesel. Produto similar ao Produto similar ao Volkswagen Constellation 17.190, equipado com comboio similar ao Pressolub	466040	Und	2	422.726,85	845.453,70

	A 5000/5R/1T da Gascom. Entrega no Estado de RONDÔNIA.					
42	Caminhão tração 4x2, PBT de 8.000Kg, potência do motor mínima de 150CV, equipado com carroceria de madeira tipo carga seca de 5,2m. Veículo similar ao Hyundai HD 80, equipado com carroceria de madeira similar a Buoro. Entrega no Estado do ACRE.	214888	Und	8	170.160,47	1.361.283,76
43	Caminhão tração 4x2, PBT de 8.000Kg, potência do motor mínima de 150CV, equipado com carroceria de madeira tipo carga seca de 5,2m. Veículo similar ao Hyundai HD 80, equipado com carroceria de madeira similar a Buoro. Entrega no Estado do AMAPÁ.	214888	Und	2	172.910,85	345.821,69
44	Caminhão tração 4x2, PBT de 8.000Kg, potência do motor mínima de 150CV, equipado com carroceria de madeira tipo carga seca de 5,2m. Veículo similar ao Hyundai HD 80, equipado com carroceria de madeira similar a Buoro. Entrega no Estado de RONDÔNIA.	214888	Und	2	168.013,31	336.026,62
45	Caminhão tração 4x2, PBT de 8.000Kg, potência do motor mínima de 150CV, equipado com carroceria de madeira tipo carga seca de 5,2m. Veículo similar ao Hyundai HD 80, equipado com carroceria de madeira similar a Buoro. Entrega no Estado de RORAIMA.	214888	Und	6	175.086,80	1.050.520,80
46	Caminhão tração 4x2, PBT de 8.000Kg, potência do motor mínima de 150CV, equipado com carroceria de madeira tipo carga seca de 5,2m. Veículo similar ao Hyundai HD 80, equipado com carroceria de madeira similar a Buoro. Entrega no Estado do TOCANTINS.	214888	Und	1	169.054,69	169.054,69
47	Caminhão tração 4x2, PBT de 14.000Kg, potência do motor mínima de 185CV, equipado com carroceria de madeira tipo carga seca de 7,00m. Veículo similar ao Mercedes-Benz Atego 1419, equipada com carroceria de madeira similar a Buoro. Entrega no Estado do ACRE.	214888	Und	2	274.647,70	549.295,40
48	Caminhão tração 4x2, PBT de 14.000Kg, potência do motor mínima de 185CV, equipado com carroceria de madeira tipo carga seca de 7,00m. Veículo similar ao Mercedes-Benz Atego 1419, equipada com	214888	Und	1	272.818,27	272.818,27

	carroceria de madeira similar a Buoro. Entrega no Estado do TOCANTINS.					
49	Caminhão tração 4x2, PBT de 16.000Kg, potência do motor mínima de 185CV, equipado com carroceria basculante de 6m³. Veículo similar ao Volkswagen Constellation 17.190, equipada com implemento similar ao Basculante modelo América de 6m³ da Facchini. Entrega no Estado do ACRE.	214900	Und	3	317.807,70	953.423,11
50	Caminhão tração 4x2, PBT de 16.000Kg, potência do motor mínima de 185CV, equipado com carroceria basculante de 6m³. Veículo similar ao Volkswagen Constellation 17.190, equipada com implemento similar ao Basculante modelo América de 6m³ da Facchini. Entrega no Estado do AMAZONAS.	214900	Und	2	324.101,59	648.203,18
51	Caminhão tração 4x2, PBT de 16.000Kg, potência do motor mínima de 185CV, equipado com carroceria basculante de 6m³. Veículo similar ao Volkswagen Constellation 17.190, equipada com implemento similar ao Basculante modelo América de 6m³ da Facchini. Entrega no Estado do AMAPÁ.	214900	Und	1	323.101,51	323.101,51
52	Caminhão tração 4x2, PBT de 16.000Kg, potência do motor mínima de 185CV, equipado com carroceria basculante de 6m³. Veículo similar ao Volkswagen Constellation 17.190, equipada com implemento similar ao Basculante modelo América de 6m³ da Facchini. Entrega no Estado de RONDÔNIA.	214900	Und	1	313.674,94	313.674,94
53	Caminhão tração 4x2, PBT de 16.000Kg, potência do motor mínima de 185CV, equipado com carroceria basculante de 6m³. Veículo similar ao Volkswagen Constellation 17.190, equipada com implemento similar ao Basculante modelo América de 6m³ da Facchini. Entrega no Estado do MATO GROSSO.	214900	Und	1	319.991,62	319.991,62
54	Caminhão tração 4x2, PBT de 16.000Kg, potência do motor mínima de 185CV, equipado com carroceria basculante de 6m³. Veículo similar ao Volkswagen Constellation 17.190, equipada com implemento similar ao Basculante modelo América de 6m³ da Facchini. Entrega no Estado do TOCANTINS.	214900	Und	9	315.679,35	2.841.114,15
55	Caminhão tração 6x2, PBT de 23.000Kg, potência do motor mínima de 230CV, equipado com carroceria basculante de 10m³. Veículo similar ao Mercedes-Benz Atego	455707	Und	5	369.814,24	1.849.071,19

	2426, com implemento similar ao Basculante Facchini. Entrega no Estado do ACRE.					
56	Caminhão tração 6x2, PBT de 23.000Kg, potência do motor mínima de 230CV, equipado com carroceria basculante de 10m³. Veículo similar ao Mercedes-Benz Atego 2426, com implemento similar ao Basculante Facchini. Entrega no Estado do AMAPÁ.	455707	Und	1	376.003,93	376.003,93
57	Caminhão tração 6x2, PBT de 23.000Kg, potência do motor mínima de 230CV, equipado com carroceria basculante de 10m³. Veículo similar ao Mercedes-Benz Atego 2426, com implemento similar ao Basculante Facchini. Entrega no Estado de RONDÔNIA.	455707	Und	3	364.982,08	1.094.946,23
58	Caminhão para uso fora de estrada, tração 6x4, PBT 23.000Kg, potência do motor mínima de 270 CV, equipado com carroceria basculante de 12m³. Veículo similar ao Mercedes-Benz Atego 2730 Basculante, com implemento similar ao Basculante modelo Standart Facchini. Entrega no Estado do ACRE.	225494	Und	7	415.492,70	2.908.448,89
59	Caminhão para uso fora de estrada, tração 6x4, PBT 23.000Kg, potência do motor mínima de 270 CV, equipado com carroceria basculante de 12m³. Veículo similar ao Mercedes-Benz Atego 2730 Basculante, com implemento similar ao Basculante modelo Standart Facchini. Entrega no Estado de RONDÔNIA.	225494	Und	51	410.046,24	20.912.358,24
60	Caminhão para uso fora de estrada, tração 6x4, PBT 23.000Kg, potência do motor mínima de 270 CV, equipado com carroceria basculante de 12m³. Veículo similar ao Mercedes-Benz Atego 2730 Basculante, com implemento similar ao Basculante modelo Standart Facchini. Entrega no Estado do TOCANTINS.	225494	Und	13	412.687,80	5.364.941,40
61	Caminhão tração 4x2, PBT de 10.000Kg, potência do motor mínima de 180CV, equipado com coletor de lixo com capacidade de 6m³. Veículo similar ao Volkswagen Delivery 13.180, equipado com Coletor similar ao Compact 6 da DAMAEQ. Entrega no Estado do AMAZONAS.	214906	Und	1	340.910,98	340.910,98
62	Caminhão tração 4x2, PBT de 10.000Kg, potência do motor mínima de 180CV, equipado com coletor de lixo com capacidade de 6m³. Veículo similar ao Volkswagen	214906	Und	3	339.857,30	1.019.571,89

	Delivery 13.180, equipado com Coletor similar ao Compact 6 da DAMAEQ. Entrega no Estado do AMAPÁ.					
63	Caminhão tração 4x2, PBT de 10.000Kg, potência do motor mínima de 180CV, equipado com coletor de lixo com capacidade de 6m³. Veículo similar ao Volkswagen Delivery 13.180, equipado com Coletor similar ao Compact 6 da DAMAEQ. Entrega no Estado do TOCANTINS.	214906	Und	6	332.037,30	1.992.223,80
64	Caminhão tração 4x2, PBT de 14.000Kg, potência do motor mínima de 185CV, equipado com coletor de lixo com capacidade de 12m³. Veículo similar ao Mercedes-Benz Atego 1419, equipado com Coletor similar ao CP-12 da DAMAEQ. Entrega no Estado do AMAZONAS.	214906	Und	1	375.313,10	375.313,10
65	Caminhão tração 4x2, PBT de 14.000Kg, potência do motor mínima de 185CV, equipado com coletor de lixo com capacidade de 12m³. Veículo similar ao Mercedes-Benz Atego 1419, equipado com Coletor similar ao CP-12 da DAMAEQ. Entrega no Estado de RONDÔNIA.	214906	Und	1	363.183,77	363.183,77
66	Caminhão tração 4x2, PBT de 14.000Kg, potência do motor mínima de 185CV, equipado com coletor de lixo com capacidade de 12m³. Veículo similar ao Mercedes-Benz Atego 1419, equipado com Coletor similar ao CP-12 da DAMAEQ. Entrega no Estado do TOCANTINS.	214906	Und	1	365.515,50	365.515,50
67	Caminhão tração 4x2, PBT de 16.000Kg, potência do motor mínima de 185CV, equipado com coletor de lixo com capacidade de 15m³. Veículo similar ao Volkswagen Constellation 17.190 Robust, equipado com coletor similar ao Compactador CP-15 da DAMAEQ. Entrega no Estado do AMAZONAS.	214906	Und	2	412.577,75	825.155,50
68	Caminhão tração 4x2, PBT 16.000Kg, potência do motor mínima de 250 CV, equipado com guindaste hidráulico tipo munck com momento de carga útil de 22tm e carroceria carga seca em madeira. Veículo similar ao Mercedes-Benz Atego 1726, equipado com Guindaste Articulado Hidráulico PK 23500 EV1 da Palfinger. Entrega no Estado do ACRE.	466056	Und	2	479.485,05	958.970,09

69	Caminhão para uso fora de estrada, tração 6x4, PBT 23.000Kg, potência do motor mínima de 270 CV, equipado com guindaste hidráulico tipo munck com momento de carga útil de 22tm e carroceria carga seca em madeira. Veículo similar ao Mercedes-Benz Atego 2730, Guindaste Articulado Hidráulico PK 23500 EV1 da Palfinger. Entrega no Estado de RONDÔNIA.	466056	Und	1	658.893,21	658.893,21
70	Caminhão para uso fora de estrada, tração 8x4, PBT 29.000Kg, potência do motor mínima de 270 CV, equipado com carroceria plataforma fixa. Veículo similar ao Volvo VM 270 8x4R, com implemento plataforma similar a Carrega Tudo Fixa 20T da Mirassol implementos. Entrega no Estado do ACRE.	322029	Und	1	506.384,40	506.384,40
71	Caminhão para uso fora de estrada, tração 8x4, PBT 29.000Kg, potência do motor mínima de 270 CV, equipado com carroceria plataforma fixa. Veículo similar ao Volvo VM 270 8x4R, com implemento plataforma similar a Carrega Tudo Fixa 20T da Mirassol implementos. Entrega no Estado de RONDÔNIA.	322029	Und	1	499.715,60	499.715,60
72	Caminhão tração 4x2, PBT de 16.000Kg, potência do motor mínima de 185CV, equipado com tanque irrigador de água, capacidade de 10.000 litros. Veículo similar ao Mercedes-Benz Atego 1719, com implemento de Tanque Irrigador tipo Exército Brasileiro da Facchini. Entrega no Estado do ACRE.	466086	Und	7	334.645,57	2.342.518,97
73	Caminhão tração 4x2, PBT de 16.000Kg, potência do motor mínima de 185CV, equipado com tanque irrigador de água, capacidade de 10.000 litros. Veículo similar ao Mercedes-Benz Atego 1719, com implemento de Tanque Irrigador tipo Exército Brasileiro da Facchini. Entrega no Estado de RONDÔNIA.	466086	Und	3	330.286,36	990.859,09
74	Caminhão tração 4x2, PBT de 16.000Kg, potência do motor mínima de 185CV, equipado com tanque irrigador de água, capacidade de 10.000 litros. Veículo similar ao Mercedes-Benz Atego 1719, com implemento de Tanque Irrigador tipo Exército Brasileiro da Facchini. Entrega no Estado do TOCANTINS.	466086	Und	1	332.400,60	332.400,60
	Caminhão para uso fora de estrada, tração 6x2, PBT de 23.000Kg, potência do motor					

75	mínima de 230CV, equipado com tanque irrigador de água, capacidade de 15.000 litros. Veículo similar ao Volkswagen Constellation 23.230, com implemento de Tanque Irrigador tipo Exército Brasileiro da Facchini. Entrega no Estado de RONDÔNIA.	466047	Und	3	393.897,95	1.181.693,86
76	Caminhão para uso fora de estrada, tração 6x4, PBT de 23.000Kg, potência do motor mínima de 270CV, equipado com tanque irrigador de água, capacidade de 15.000 litros. Veículo similar ao Mercedes-Benz Atego 2730, com implemento de Tanque Irrigador tipo Exército Brasileiro da Facchini. Entrega no Estado de RONDÔNIA.	466047	Und	13	438.756,62	5.703.836,11
77	Caminhão tração 4x2, PBT de 8.000Kg, potência do motor mínima de 150CV, equipado com carroceria tipo baú metálico frigorífico. Veículo similar ao Hyundai HD 80, equipado com baú similar ao Furgão Liso Branco Isotérmico/Frigoríficoda M Truck Service. Entrega no Estado do ACRE.	214958	Und	1	248.101,58	248.101,58
78	Caminhão tração 4x2, PBT de 8.000Kg, potência do motor mínima de 150CV, equipado com carroceria tipo baú metálico frigorífico. Veículo similar ao Hyundai HD 80, equipado com baú similar ao Furgão Liso Branco Isotérmico/Frigorífico da M Truck Service. Entrega no Estado de RONDÔNIA.	214958	Und	1	244.906,25	244.906,25
79	Caminhão tração 4x2, PBT de 8.000Kg, potência do motor mínima de 150CV , equipado com carroceria tipo baú metálico para carga seca. Veículo similar ao Hyundai HD 80, equipado com baú similar ao Furgão Carga Seca da M Truck Service. Entrega no Estado do ACRE.	322029	Und	5	173.327,71	866.638,56
80	Caminhão tração 4x2, PBT de 8.000Kg, potência do motor mínima de 150CV, equipado com carroceria tipo baú metálico para carga seca. Veículo similar ao Hyundai HD 80, equipado com baú similar ao Furgão Carga Seca da M Truck Service. Entrega no Estado do AMAZONAS.	322029	Und	1	176.662,54	176.662,54
81	Veículo utilitário picape cabine simples, tração 4x4, potência do motor mínima de 160CV, equipado com cesto aéreo para trabalho em com altura mínima de 10m. Veículo similar a picape S10 chassi cabine simples da Chevrolet, equipado com implemento similar ao Cesto Micro Sky 10m não isolado da Masal. Entrega no Estado de RONDÔNIA.	322029	Und	2	356.450,75	712.901,49

82	Caminhão tração 4x2, PBT de 5.000Kg, potência do motor mínima de 160CV, equipado com cesto aéreo para trabalho em altura mínima de 13m. Veículo similar ao Novo Daily 65-170 da Iveco, equipado com implemento similar ao Cesto Micro SKY 13.5m não isolado da Masal. Entrega no Estado de RONDÔNIA.	322029	Und	1	396.107,45	396.107,45
83	Micro-ônibus rodoviário para no mínimo 24 passageiros e potência do motor mínima de 160CV, PBT de 7.000Kg, equipado com Dispositivo de Poltrona Móvel (DPM) para embarque de passageiros com mobilidade reduzida. Produto similar ao Soul Class da Iveco. Entrega no Estado do ACRE.	293561	Und	3	409.183,93	1.227.551,78
84	Micro-ônibus rodoviário para no mínimo 24 passageiros e potência do motor mínima de 160CV, PBT de 7.000Kg, equipado com Dispositivo de Poltrona Móvel (DPM) para embarque de passageiros com mobilidade reduzida. Produto similar ao Soul Class da Iveco. Entrega no Estado do AMAPÁ.	293561	Und	2	416.232,70	832.465,39
85	Micro-ônibus rodoviário para no mínimo 24 passageiros e potência do motor mínima de 160CV, PBT de 7.000Kg, equipado com Dispositivo de Poltrona Móvel (DPM) para embarque de passageiros com mobilidade reduzida. Produto similar ao Soul Class da Iveco. Entrega no Estado de RONDÔNIA.	293561	Und	7	403.681,10	2.825.767,72
86	Micro-ônibus rodoviário para no mínimo 24 passageiros e potência do motor mínima de 160CV, PBT de 7.000Kg, equipado com Dispositivo de Poltrona Móvel (DPM) para embarque de passageiros com mobilidade reduzida. Produto similar ao Soul Class da Iveco. Entrega no Estado do TOCANTINS.	293561	Und	1	406.350,00	406.350,00
87	Micro-ônibus rodoviário para no mínimo 30 passageiros e potência do motor mínima de 160CV, PBT de 7.000Kg, equipado com Dispositivo de Poltrona Móvel (DPM) para passageiros com mobilidade reduzida. Produto similar ao Soul Class da Iveco. Entrega no Estado de RONDÔNIA.	293561	Und	1	416.198,35	416.198,35
88	Micro-ônibus rodoviário para no mínimo 30 passageiros e potência do motor mínima de 160CV, PBT de 7.000Kg, equipado com Dispositivo de Poltrona Móvel (DPM) para passageiros com mobilidade reduzida. Produto similar ao Soul Class da Iveco. Entrega no Estado do TOCANTINS.	293561	Und	1	418.950,00	418.950,00

89	Ônibus rodoviário para no mínimo 34 passageiros, potência do motor mínima de 160CV, PBT mínimo de 10.000Kg, equipado com Dispositivo de Poltrona Móvel (DPM) para passageiros com mobilidade reduzida. Produto similar ao Volare Fly 10. Entrega no Estado do ACRE.	246085	Und	1	421.871,80	421.871,80
90	Ônibus rodoviário para no mínimo 34 passageiros, potência do motor mínima de 160CV, PBT mínimo de 10.000Kg, equipado com Dispositivo de Poltrona Móvel (DPM) para passageiros com mobilidade reduzida. Produto similar ao Volare Fly 10. Entrega no Estado de RONDÔNIA.	246085	Und	2	416.198,35	832.396,69
91	Ônibus rodoviário para no mínimo 34 passageiros, potência do motor mínima de 160CV, PBT mínimo de 10.000Kg, equipado com Dispositivo de Poltrona Móvel (DPM) para passageiros com mobilidade reduzida. Produto similar ao Volare Fly 10. Entrega no Estado do TOCANTINS.	246085	Und	1	418.950,00	418.950,00
92	Ônibus rodoviário para no mínimo 40 passageiros e potência do motor mínima de 230, PBT mínimo de 17.000Kg, equipado com Dispositivo de Poltrona Móvel (DPM) para passageiros com mobilidade reduzida. Produto similar ao Ônibus Comil Campione 3.25. Entrega no Estado do AMAPÁ.	246085	Und	1	478.613,82	478.613,82
93	Ônibus rodoviário para no mínimo 40 passageiros e potência do motor mínima de 230, PBT mínimo de 17.000Kg, equipado com Dispositivo de Poltrona Móvel (DPM) para passageiros com mobilidade reduzida. Produto similar ao Ônibus Comil Campione 3.25. Entrega no Estado de RONDÔNIA.	246085	Und	2	467.250,00	934.500,00
94	Ônibus rodoviário para no mínimo 44 passageiros e potência do motor mínima de 230CV, PBT mínimo de 17.000Kg, equipado com Dispositivo de Poltrona Móvel (DPM) para passageiros com mobilidade reduzida. Produto similar ao Ônibus Comil Campione 3.25. Entrega no Estado do AMAPÁ.	246085	Und	1	565.624,74	565.624,74
95	Ônibus rodoviário para no mínimo 44 passageiros e potência do motor mínima de 230CV, PBT mínimo de 17.000Kg, equipado com Dispositivo de Poltrona Móvel (DPM) para passageiros com mobilidade reduzida. Produto similar ao Ônibus Comil Campione 3.25. Entrega no Estado de RONDÔNIA.	246085	Und	6	548.568,20	3.291.409,18

96	Ônibus rodoviário para no mínimo 44 passageiros e potência do motor mínima de 230CV, PBT mínimo de 17.000Kg, equipado com Dispositivo de Poltrona Móvel (DPM) para passageiros com mobilidade reduzida. Produto similar ao Ônibus Comil Campione 3.25. Entrega no Estado do TOCANTINS.	246085	Und	1	552.195,00	552.195,00
97	Semirreboque para transporte de máquinas, com duas rampas hidráulicas, 2 eixos de rodado duplo e capacidade de carga de 25.000 Kg. Produto similar ao Semirreboque Carrega Tudo Plano 2 eixos da Mirassol Implementos. Entrega no Estado de RONDÔNIA.	2160	Und	2	151.200,00	302.400,00
O CUSTO TOTAL DESTA AQUISIÇÃO POSSUI O VALOR ESTIMADO DE:						R\$ 105.214.188,28

Tabela 1 - Estimativa inicial realizada pelo Programa Calha Norte (PCN) extraído do DFD nº 8/2020 (SEI MD nº 2797634)

1.2. O prazo de vigência da contratação é 12 (doze) meses, contados da data de homologação da Ata de Registro de Preços, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

1.3. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

1.3.1. A proposta inicial, encaminhada pelo Sistema de Compras Governamentais, deverá conter a documentação relacionada no quadro abaixo (Forma de Comprovação), sob a pena de desclassificação.

1.3.1.1. Com exceção da CERTIDÃO EMITIDA PELO IBAMA do CADASTRO TÉCNICO FEDERAL, que pode ser obtida pelo pregoeiro em sítio oficial, a documentação relacionada a seguir NÃO PODERÁ SER ENVIADA POSTERIORMENTE PELO LICITANTE, uma vez que é vedada a inclusão de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, conforme disposto no art. 43, §3º, dispõe a Lei nº 8.666/1993.

EXIGÊNCIA	FORMA DE COMPROVAÇÃO
<p>Para os itens acima relacionados, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, alterada pela Instrução Normativa IBAMA nº 11, de 13/04/2018, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.</p>	<p>O licitante deverá comprovar, como requisito de aceitação de sua proposta, que o FABRICANTE DO PRODUTO por ele ofertado está devidamente registrado junto ao CTF/APP.</p> <p>A conformidade com o solicitado se dará por CERTIDÃO EMITIDA PELO IBAMA.</p> <p>A apresentação do CADASTRO TÉCNICO FEDERAL – CONSULTA PÚBLICA A CERTIFICAÇÃO DE REGULARIDADE - CERTIFICADO DE REGULARIDADE será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta “on line” ao sítio oficial do IBAMA, imprimindo-o e anexando-o ao Processo.</p> <p>O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie imediatamente, SOB PENA DE NÃO-ACEITAÇÃO DA PROPOSTA, o comprovante de Registro do fabricante do</p>

Anexo I - INDÚSTRIA DE MATERIAL DE TRANSPORTE Código 6-1 Fabricação e montagem de veículos rodoviários e ferroviários, peças e acessórios.	produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido. Caso o fabricante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.
--	--

1.3. NOTA EXPLICATIVA:

1.3.2. Em relação a obtenção do CERTIFICADO DE REGULARIDADE emitido pelo IBAMA, de posse dos dados do responsável legal, declarante e da empresa a inscrição não demora mais que 15 (quinze) minutos e pode ser realizada no seguinte endereço: <https://servicos.ibama.gov.br/ctf/cadastroInicialPessoaJuridica.php> (para pessoas jurídicas) e <https://servicos.ibama.gov.br/ctf/cadastroInicialPessoaFisica.php> (para pessoas físicas), demais dúvidas é só acessar o PERGUNTAS FREQUENTES no seguinte endereço: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/ctf#ctf-app>, após a conclusão do processo é DEVIDO UMA TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL – TCFA, de acordo com o art. 17-B da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, a cada trimestre de acordo com o Anexo IX (incluído pela Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000, conforme tabela abaixo:

Potencial de Poluição, Grau de utilização de Recursos Naturais	Pessoa Física	Microempresa	Empresa de Pequeno Porte	Empresa de Médio Porte	Empresa de Grande Porte
Pequeno	-	-	112,50	225,00	450,00
Médio	-	-	180,00	360,00	900,00
Alto	-	50,00	225,00	450,00	2.250,00

Atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais (Anexo VIII - Incluído pela Lei nº 10.165, de 27.12.2000)

Código	Categoria	Descrição	Pp/gu
6	Indústria de Material de Transporte	Fabricação e montagem de VEÍCULOS RODOVIÁRIOS e ferroviários, peças e acessórios; fabricação e montagem de aeronaves; fabricação e reparo de embarcações e estruturas flutuantes.	MMédio

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA AQUISIÇÃO

2.1. O Departamento do Programa Calha Norte (DPCN) atua na promoção do desenvolvimento regional por meio da celebração de Convênios com Estados e Municípios para aquisição de veículos.

2.2. Ocorre, que em virtude de fatores alheios ao DPCN, os Convênios são demasiadamente longos e comprometem a eficiência e eficácia do processo de transferências voluntárias. Desta forma, ao registrar preço para aquisição dos objetos conveniados, esperamos reduzir o tempo de execução e prestação de contas dos Convênios.

2.3. O Registro de Preços possibilitará aos Convenientes uma aquisição mais célere, segura e com economicidade pelo ganho de escala na compra centralizada; otimização no controle, pela possibilidade de acompanhamento de um número reduzido de

processos licitatórios; eficiência da gestão, tanto do ponto de vista da administração pública federal quanto das administrações estaduais e municipais, pela redução de processos licitatórios e de execução, acompanhamento e prestação de contas de convênios mais ágeis e eficientes.

2.4. Cabe destacar ainda, que o registro de preços mitigará a perda de recurso durante a consecução do convênio, uma vez que o Convênio será realizado já no valor de mercado, possibilitando aos parlamentares o emprego judicioso dos recursos das emendas.

2.5. Os quantitativos que serão licitados, são estimados com base nos Convênios celebrados em 2019 e 2020 no âmbito deste Ministério, sob a égide do DPCN, que se encontram celebrados, aprovados e propostos na Plataforma + BRASIL, conforme anexos ALFA e BRAVO (Memória de Cálculo para quantitativos e locais de entrega) **Apêndice I** ao Termo de Referência.

2.6. Com base nos incisos IV do art. 3º, do Decreto nº 7.892/2013, será utilizado o Sistema de Registro de Preços conforme abaixo transcrito:

*“VI - **compra nacional** - compra ou contratação de bens e serviços, em que o órgão gerenciador conduz os procedimentos para registro de preços **destinado à execução descentralizada de programa ou projeto federal**, mediante prévia indicação da demanda pelos entes federados beneficiados; e (Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2.014)” grifo nosso.*

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, **Apêndice II**, abrange a aquisição de veículos.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Os **materiais a serem adquiridos são comuns** de acordo com o **Parágrafo Único, do art. 1º, da Lei nº 10.520, de 2002**, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais do mercado.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega dos veículos é de 90 (noventa) dias, contados da entrega da Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho, em remessa única, na cidade que possua concessionária mais próxima da Prefeitura Municipal, conforme **Apêndice I** ao Termo de Referência. O prazo de entrega poderá prorrogado em caráter excepcional por mais 30 (trinta) dias, a critério da administração pública, desde que a contratada apresente o pedido por escrito, com a devida justificativa. Na ausência de concessionária dos fabricantes no interior do Estado, a entrega deverá ocorrer na capital estadual.

5.2. Os veículos serão recebidos provisoriamente no prazo de 2 (dois) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.3. Os veículos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4. Os bens fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso e com o primeiro emplacamento em nome do conveniente. O veículo somente será pago, quando o mesmo tiver sua propriedade transferida e sem restrições para o nome do órgão contratante, por este motivo será consultado o banco de dados do DENATRAN. Todas as despesas decorrentes da transferência serão de responsabilidade da licitante. A prestação de contas do Convênio somente será aceita, Certificado de Registro do Veículo (CRV) e o Certificado de Registro de Licenciamento (CRLV) em nome da Conveniente.

5.5. Eventuais recusas nos bens entregues em desconformidade com esse instrumento, não justificará atrasos nos prazos de entrega. Ocorrendo recusa pela segunda vez, o contrato poderá ser rescindido.

5.6. Fica estabelecido o prazo de 10 (dez) dias para a retirada dos veículos rejeitados, contado da data da rejeição dos mesmos. A Administração não se responsabilizará por eventuais danos causados aos veículos.

5.7. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 8 (oito) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.7.1. Os bens serão submetidos a um Termo de Recebimento e Exame de Material, onde serão inspecionados e testados, inclusive seus componentes. Somente após o aceite da comissão, com a respectiva publicação, é que os bens serão encaminhados para pagamentos.

5.7.2. As especificações técnicas poderão variar em até $\pm 3\%$ das especificações indicadas.

5.7.3. O recebimento do veículo estará condicionado à estrita observância das Especificações Técnicas e instruções, cabendo à verificação respectiva ao responsável da administração pelo recebimento.

5.7.4. Na hipótese da verificação, a que se refere o subitem anterior, não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.9. Inspeção e Certificação pelo INMETRO - Todos os componentes que são passíveis de inspeção e certificação pelo INMETRO, deverão ser inspecionados e certificados. Toda a inspeção e certificação ocorrerão por conta do fabricante ou fornecedor.

5.1.10. Todos os veículos deverão ser entregues em consonância com a legislação do CONTRAN, em especial as seguintes:

5.10.1. Resolução CONTRAN nº 14/1998, que estabelece os equipamentos obrigatórios para a frota de veículos em circulação e dá outras providências;

5.10.2. Resolução CONTRAN nº 87/1999, que dá nova redação à alínea a, e cria a alínea c inciso III do artigo 2º, prorroga o prazo referente ao inciso II do artigo 6º da Resolução nº 14/98 - CONTRAN, que estabelece os equipamentos obrigatórios para a frota de veículos em circulação e dá outras providências;

5.10.3. Resolução CONTRAN nº 99/1999, que dispõe sobre requisitos técnicos mínimos do registrador instantâneo e inalterável de velocidade e tempo, conforme o Código de Trânsito Brasileiro;

5.10.4. Resolução CONTRAN nº 128/2001, que estabelece a obrigatoriedade de utilização de dispositivo de segurança para prover melhores condições de visibilidade diurna e noturna;

5.10.5. Resolução CONTRAN nº 152/2003, que estabelece os requisitos técnicos de fabricação e instalação de para-choque traseiro;

5.10.6. Resolução CONTRAN nº 323/2009, que estabelece os requisitos técnicos de fabricação e instalação de protetor lateral; e

5.10.7. Resolução CONTRAN nº 563/2015, que dispõe sobre o sistema de segurança para a circulação de veículos e implementos rodoviários do tipo carroceria basculante.

5.11. Os veículos de transporte coletivos, deverão seguir a Norma Brasileira ABNT NBR 15570.

5.12. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, com base na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o seguinte:

5.12.1. Habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista, cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. (Incluído pela Lei nº 9.854, de 1999) conforme modelos previstos no EDITAL.

5.12.2. A qualificação técnica dar-se-á conforme o que se segue:

5.12.2.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

5.12.2.2. Possuir empresa com Cadastro Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) compatível para comércio de veículos. Caso a empresa não possua CNAE pertinente, poderá apresentar objeto social ou ato construtivo que contenha o comércio de veículos.

5.12.2.3. Em estrita observação ao Princípios da segurança jurídica, interesse público, eficiência e razoabilidade, somente serão adjudicados itens para empresas que possuírem rede de concessionária autorizadas nos estados da federação com previsão de entrega de bens, uma vez que a falta de assistência técnica no estado de domicílio do conveniente, resultará em deslocamentos para outros estados para realizar a manutenção, resultando em gastos extraordinários e tornando a aquisição antieconômica. Desta forma, a proponente deverá apresentar juntamente com sua proposta, uma relação contendo REDE DE CONCESSIONÁRIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA capacitada para realizar serviços de manutenção

preventiva e corretiva nos estados abrangidos pelo item fornecido. A saber: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul (faixa de fronteira), Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Somente serão aceitos itens, cuja assistência técnica do fabricante se fizer presente no Estado abrangido.

5.12.3. Os documentos originais de habilitação terão o prazo de entrega até 72 (setenta e duas) horas, a partir da comunicação eletrônica do pregoeiro no Portal de Compras.

5.13. Prazos e condições de garantia e assistência técnica

5.13.1. O prazo mínimo de Garantia Técnica do Objeto deste Contrato é a seguinte:

5.13.2. 12 (doze) meses sem limite de quilometragem para caminhões e veículos, sendo que para trem de força dos veículos médios e pesados, a garantia mínima será de 24 (vinte e quatro) meses.

5.13.3. Todos os prazos serão contados a partir da data do seu Recebimento Definitivo.

5.13.4. A instalação de implementos nos caminhões deverá ter estrita observância ao Manual do Implementador de cada fabricante.

5.13.5. A Garantia Técnica deve abranger todo e qualquer defeito de fabricação, quer por falha de funcionamento ou por montagem ou, ainda, em decorrência de desgaste prematuro, em uso normal do veículo, nos seus diversos conjuntos, peças e acessórios, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.13.6. A ocorrência de qualquer defeito de funcionamento, coberto pela garantia, implicará na obrigação, por parte da CONTRATADA, da correção do problema no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a comunicação oficial, sem ônus para a CONTRATANTE, podendo ser prorrogado pela CONTRATANTE, mediante solicitação.

5.13.7. A CONTRATADA se compromete agilizar a reparação ou substituição do material defeituoso, por materiais novos, não reconicionados e disponibilizar todos os meios ao seu alcance, com o objetivo de reduzir o prazo de devolução do material reparado ou entrega de um material substituto.

5.13.8. O não cumprimento dos prazos previsto para correção dos defeitos poderá acarretar, a critério da CONTRATANTE, as penalidades estipuladas na legislação pertinente, sobretudo as elencadas na Lei nº 8.666/93.

5.13.9. Durante o prazo de garantia prevista no subitem 5.13.2, qualquer pane que impeça o funcionamento do objeto, desde que a causa seja comprovadamente da CONTRATADA. O veículo estará coberto com os serviços de assistência técnica incluso, se o caso for previsto, o frete para a concessionária da marca mais próxima, sem ônus para a CONTRATANTE, respeitando-se as regras do Termo de Garantia do Fabricante do veículo.

5.13.10. Quando houver necessidade de substituição de materiais defeituosos pela CONTRATADA, a mesma se compromete a utilizar peças e conjuntos de reparação genuínos, não se admitindo a reposição com produtos recuperados.

5.13.11. A Garantia Técnica não se aplicará aos materiais e conjuntos danificados em decorrência de acidente, a menos que tenha sido ocasionado por material defeituoso. Caso haja indícios de que o acidente tenha sido causado por material defeituoso, far-se-á necessário um Inquérito Técnico, a cargo da CONTRATANTE, acompanhada pela CONTRATADA, a fim de que se apurem as causas, efeitos e responsabilidades do acidente.

5.13.12. A Garantia Técnica se aplicará, também, aos materiais e conjuntos de reparação novos substituídos ou aplicados aos veículos após o acidente.

5.13.13. O fabricante e/ou revendedor especializado deverão realizar o acompanhamento preventivo e preditivo do veículo por técnico especializado durante a garantia técnica prevista no item 5.13.2, com a finalidade de assegurar, nesse período a disponibilidade e o menor custo de manutenção.

5.13.14. A manutenção com troca de óleos e filtros dos variados sistemas, que compõem o veículo, deve ser feita na concessionária da marca do produto ofertado mais próxima do município contemplado, ficando a responsabilidade de transportar os veículos por conta dos CONTRATANTES.

5.13.15. As especificações técnicas dos veículos a serem adquiridos são as constantes no **Apêndice III – Especificações técnicas**.

5.13.16. A CONTRATADA fornecerá à CONTRATANTE a seguinte documentação técnica impressa ou em mídia digital, na língua portuguesa, acompanhando o veículo, observando-se especificações abaixo:

5.13.16.1. Manual de Garantia;

5.13.16.2. Manual de Reparação (ou manutenção) do Veículo;

5.13.16.3. Lista da rede de concessionárias autorizadas; e

5.13.16.4. Prazo de Entrega Técnica:

5.13.16.5. A entrega técnica deve ser realizada pelo fabricante, ou representante qualificado e autorizado, na sede do município contratante, como usuário final, a fim de transmitir informações técnicas relativas à operação, manutenção e segurança do veículo, para no mínimo 2 (dois) motoristas e 01 (um) mecânico; e

5.13.16.6. O prazo para a Entrega Técnica é de até 2 (dois) dias após o recebimento do veículo, devendo ser agendada pela Contratada com o responsável pelo recebimento.

5.14. Todos os veículos deverão conter identificação visual de ativos adquiridos mediante convênio com o Ministério da Defesa /Programa Calha Norte. Essa identificação dar-se-á por meio de adesivos colados nas laterais dos mesmos, conforme o padrão e dimensões demonstrados no **Apêndice IV** deste Termo de Referência com base no Modelo de Identificação Visual para Equipamentos e Viaturas do Manual do DPCN- 2018, página 143.

5.15. Quando o objeto se tratar de motocicleta o adesivo com a identificação visual poderá ser reduzido para aproximadamente 25% do tamanho proposto no item anterior.

5.16. Todos os ativos adquiridos deverão atender aos preceitos regulamentares dos órgãos oficiais nacionais de trânsito, nos aspectos relacionados à iluminação, sinalização e segurança (Código Brasileiro de Trânsito, seu Regulamento e Resoluções).

5.17. Qualificação Técnica:

5.17.1. A licitante deverá comprovar aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto deste Termo de Referência, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

5.17.1.1. a soma dos atestados apresentados deverá comprovar o fornecimento de quantitativos, mínimos, equivalentes a **30% (trinta por cento)** da quantidade prevista para cada item deste Termo de Referência, conforme tabela abaixo. (Em conformidade com os Acórdãos nº 3.157/2004 - 1ª Câmara, 124/2002, 1.937/2003, 1.341/2006, 2.143/2007, 1.557/2009, 534/2011, 1.695/2011, 737/2012 - Plenário. Acórdão nº 1.052/2012 - Plenário, TC 004.871/2012-0 - Informativo sobre Licitações e Contratos nº 104 /2012 - Tribunal de Contas da União).

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANTITATIVO MÍNIMO
1	MOTOCICLETA PARA USO EM TODO TERRENO	UN	14
2	MOTOCICLETA PARA USO URBANO	UN	7
3	MOTOCICLETA PARA USO URBANO	UN	14
4	MOTOCICLETA PARA USO URBANO	UN	4
6	VEÍCULO ADMINISTRATIVO PARA 5 PASSAGEIROS, TIPO HATCH	UN	4
8	VEÍCULO ADMINISTRATIVO PARA 5 PASSAGEIROS, TIPO HATCH	UN	2
9	VEÍCULO ADMINISTRATIVO PARA 5 PASSAGEIROS, TIPO HATCH	UN	4
10	VEÍCULO ADMINISTRATIVO PARA 5 PASSAGEIROS, TIPO HATCH	UN	1

11	VEÍCULO ADMINISTRATIVO PARA 5 PASSAGEIROS, TIPO SEDAN	UN	1
18	VEÍCULO UTILITÁRIO PICAPE CABINE SIMPLES	UN	2
24	VAN TETO ALTO, COM CAPACIDADE PARA TRANSPORTAR NO MÍNIMO 15 PASSAGEIROS	UN	3
25	VAN TETO ALTO, COM CAPACIDADE PARA TRANSPORTAR NO MÍNIMO 15 PASSAGEIROS	UN	1
30	VEÍCULO UTILITÁRIO PICAPE CABINE DUPLA 4X2	UN	1
31	VEÍCULO UTILITÁRIO PICAPE CABINE DUPLA 4X4	UN	2
34	VEÍCULO UTILITÁRIO PICAPE CABINE DUPLA 4X4	UN	15
35	VEÍCULO UTILITÁRIO PICAPE CABINE DUPLA 4X4	UN	2
36	VEÍCULO UTILITÁRIO PICAPE CABINE DUPLA 4X4	UN	4
37	VEÍCULO UTILITÁRIO PICAPE CABINE DUPLA 4X4	UN	1
38	VEÍCULO UTILITÁRIO PICAPE CABINE DUPLA 4X4	UN	2
42	CAMINHÃO TRAÇÃO 4X2, PBT DE 8.000KG	UN	2
45	CAMINHÃO TRAÇÃO 4X2, PBT DE 8.000KG	UN	1
54	CAMINHÃO TRAÇÃO 4X2, PBT DE 16.000KG	UN	2
55	CAMINHÃO TRAÇÃO 6X2, PBT DE 23.000KG	UN	1
58	CAMINHÃO PARA USO FORA DE ESTRADA, TRAÇÃO 6X4, PBT 23.000KG	UN	2
59	CAMINHÃO PARA USO FORA DE ESTRADA, TRAÇÃO 6X4, PBT 23.000KG	UN	15
60	CAMINHÃO PARA USO FORA DE ESTRADA, TRAÇÃO 6X4, PBT 23.000KG	UN	3
63	CAMINHÃO TRAÇÃO 4X2, PBT DE 10.000KG	UN	1
72	CAMINHÃO TRAÇÃO 4X2, PBT DE 16.000KG	UN	2
76	CAMINHÃO PARA USO FORA DE ESTRADA, TRAÇÃO 6X4, PBT DE 23.000KG	UN	3

79	CAMINHÃO TRAÇÃO 4X2, PBT DE 8.000KG	UN	1
85	MICRO-ÔNIBUS RODOVIÁRIO PARA NO MÍNIMO 24 PASSAGEIROS	UN	2
95	ÔNIBUS RODOVIÁRIO PARA NO MÍNIMO 44 PASSAGEIROS	UN	1

5.17.2. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos documentos apresentados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

7.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de **72 (setenta e duas) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; e

7.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta)** dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até **5 (cinco)** dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da IN nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)

I = $\frac{(6/100)}{365}$

365

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6% (seis por cento).

12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

13.1.1. De acordo com o art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, **fica a critério da autoridade competente**, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, a exigência da prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras, sendo este um **ato discricionário do Gestor e por se tratar de materiais de pronta entrega**, não gerando assim obrigação futura além das garantias previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990) e o pagamento somente ser realizado após o recebimento definitivo do objeto, fica a garantia contratual da execução dispensada.

14. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

14.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, **90 (noventa) dias, conforme inciso II do art. 26 da Lei nº 8.078, de 1990**, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

14.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

14.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

14.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

14.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

14.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

14.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

14.8. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

14.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

14.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

14.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

15.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2. ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

15.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

15.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

15.1.5. cometer fraude fiscal;

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

15.2.1. **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

15.2.2. multa moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o **valor contratado**, até o limite de 5 (cinco) dias;

15.2.3. multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o **valor contratado**, no caso de inexecução total do objeto;

15.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

15.2.5. **Suspensão temporária de participação em licitação** e impedimento de contratar **com o Ministério da Defesa e com suas unidades administrativas**, por até 2 (dois) anos;

15.2.6. **impedimento de licitar** e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

15.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 15.1 deste Termo de Referência.

15.2.7. **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

15.3. As sanções previstas nos **subitens 15.2.1, 15.2.5, 15.2.6 e 15.2.7** poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

15.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

15.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

16.1. O custo total desta aquisição possui o valor estimado de R\$ 105.214.188,28 (cento e cinco milhões, duzentos e quatorze mil, cento e oitenta e oito reais e vinte e oito centavos).

16.2. O sigilo do valor da aquisição até a conclusão da licitação (inciso VI do art. 7º IN 40/2020), não se faz necessário uma vez que a divulgação dos valores estimados podem auxiliar os licitantes na elaboração de suas propostas de preços.

~~17. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS~~

~~17.1. As despesas para atender a esta licitação estão a cargo da Gerência de Orçamento e Finanças.~~

18. DOS APÊNDICES (xxxxxxx)

18.1. Apêndice I - Memória de cálculo para locais de entrega (ALFA e BRAVO);

18.2. Apêndice II - Estudos Preliminares;

18.3. Apêndice III - Especificações Técnicas; e

18.4. Apêndice IV - Modelo de Identificação Visual para Equipamentos e Viaturas do Manual do DPCN.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DEING	TC OSMARILDO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A descrição dos requisitos para a escolha da solução, abrange a **aquisição de veículos**. Os critérios e práticas de sustentabilidade estão contidos na Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, alterada pela Instrução Normativa IBAMA nº 11, de 13/04/2018, e somente será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da referida norma.

5. Levantamento de Mercado

No Levantamento de mercado, realizado por meio do Portal de Compras do Governo Federal (Comprasnet) do Ministério da Economia, acessado em 23 de outubro de 2020, no seguinte endereço: <http://comprasnet.gov.br/acesso.asp?url=/Livre/Ata/ConsultaAta00.asp>, pode ser observado que é comum a aquisição do material através da realização de pregões eletrônicos como pode ser observado no pregão abaixo, que contém item com características similares ao pretendido neste instrumento:

Ata - Consulta Atas de Registros de Preços

Período Pesquisado - 23/10/2018 até 22/10/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR	UASG GERENCIADORA	LICITAÇÃO	PERÍODO DE VIGÊNCIA
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160027 - 4 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO - MEX	Pregão 00011/2019	23/04/2019 23/04/2020
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160069 - COMANDO LOGISTICO	Pregão 00002/2019	01/08/2019 01/08/2020
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160165 - 8. DEPOSITO DE SUPRIMENTO	Pregão 00011/2019	30/08/2019 30/08/2020
52111 - COMANDO DA AERONAUTICA	120195 - CENTRO DE AQUISIÇÕES ESPECIFICAS	Pregão 00186/2018	04/12/2018 04/12/2019

B) SER REALIZADA CONSULTA, AUDIÊNCIA PÚBLICA OU DIÁLOGO TRANSPARENTE COM POTENCIAIS CONTRATADAS, PARA COLETA DE CONTRIBUIÇÕES.

Não há necessidade da realização de consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições tendo em vista que a presente aquisição se tratar de um material **comum**, de acordo com **Parágrafo Único, do art. 1º, da Lei 10.520/2002, e o quantitativo a ser adquirido ser facilmente disponibilizado pelo mercado.**

6. Descrição da solução como um todo

A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado neste Planejamento de Aquisição, abrange atender a necessidade do **Departamento do Programa Calha Norte (DPCN)** com o **registro de preços de âmbito nacional para a eventual aquisição de veículos**.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Documento de Formalização de Demanda nº 8, de 14 de outubro de 2020 (2797634).

Composição dos preços (2801940).

8. Estimativa do Valor da Contratação

Documento de Formalização de Demanda nº 8, de 14 de outubro de 2020 (2797634).

Composição dos preços (2801940).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

1. Os itens que irão compor o certame em tela estão divididos de acordo com os critérios técnicos e econômicos, foram criados itens distintos para o mesmo veículo com a finalidade de possibilitar a participação do mercado de cada região (Acre, Mato Grosso, etc). O agrupamento teórico de itens que serão entregues em diferentes localidades poderia trazer prejuízo ao conjunto /complexo, uma vez que limitaria o número de empresas participantes no certame, tendo em vista que apenas empresas que fornecem em mais de um estado seriam capazes de participar do certame licitatório. Ressalta-se que a divisão de veículos com a mesma especificação técnica para localidades distintas garante à ampliação da competitividade – princípio básico da licitação –, propiciando, assim, que os licitantes apresentem propostas individualizadas para cada veículo e localidade, de acordo com suas condições, e, igualmente, que o julgamento seja feito em relação a cada qual, o que usualmente resulta em preços mais vantajosos.

Do exposto, não se vislumbra a possibilidade fática, econômica e técnica, de se fracionar, ainda mais, os itens (veículos) que compõem este Estudo.

2. Opção de aquisição por: Menor preço por item.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Os pregões realizados no período de 23/10/2018 até 22/10/2019 abaixo, relacionados contém itens com características similares ao pretendido neste instrumento:

1. **Pregão nº 00002/2019 - COMANDO LOGISTICO (UASG nº 160069), Pregão Eletrônico - Pregão Eletrônico - Aquisição de viaturas.**

2. **Pregão nº 00011/2019 - 8. DEPOSITO DE SUPRIMENTO (UASG nº 160165), Pregão Eletrônico - Pregão Eletrônico - Aquisição de Veículos Administrativos.**

3. **Pregão nº 00011/2019 - 4 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO - MEX (UASG nº 160027), Pregão Eletrônico - Pregão Eletrônico - Aquisição de equipamentos e viaturas.**

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Não há necessidade de inclusão dos materiais no PGC tendo em vista que o Departamento de Administração Interna (DEADI) do Ministério da Defesa (MD) não realizará a aquisição de nenhum dos materiais em tela.

12. Resultados Pretendidos

O resultado pretendido será alcançado com a aquisição de veículos a partir do **registro de preços de âmbito nacional**. Em relação a termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável estão contidos na Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, alterada pela Instrução Normativa IBAMA nº 11, de 13/04/2018, e somente será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da referida norma.

13. Providências a serem Adotadas

Não serão necessárias providências para à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização, tendo em vista que se trata de uma aquisição de material comum.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Os critérios e práticas de sustentabilidade estão contidos na Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, alterada pela Instrução Normativa IBAMA nº 11, de 13/04/2018, e somente será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da referida norma.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Tendo em vista os elementos expostos neste instrumento, declaramos a viabilidade e a razoabilidade da aquisição.

16. Responsáveis

OSMARILDO DE SOUZA - TC

Assistente Técnico(a) Militar

OSMARILDO DE SOUZA - TC

Assistente Técnico(a) Militar

VOLMER DE OLIVEIRA SALES

Chefe ASPLAQ

Lista de Anexos

Atenção: alguns arquivos digitais enumerados abaixo podem ter sido anexados mesmo sem poderem ser impressos.

- Anexo I - Planejamento de Aquisição - ASSINADO SEL.pdf (423.81 KB)

Anexo I - Planejamento de Aquisição - ASSINADO SEI.pdf



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL - SG
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E SERVIÇOS GERAIS
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DE AQUISIÇÕES

PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO

O presente Planejamento da Aquisição (PA), foi confeccionado conforme a Instrução Normativa (IN) nº 6/DEADI/SEORI/SG/MD/2013 e com as adaptações determinadas pela IN nº 40/SEGES/MP/2020, tendo por objetivo levantar todos os elementos necessários e suficientes para o **registro de preços de âmbito nacional para a eventual aquisição de veículos**, com o apoio e análise da Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ). Visa também a apresentação dos **Estudos Preliminares (EP)** e do **Gerenciamento de Riscos**, além, de compor o **Termo de Referência (TR)**, confeccionado de acordo o modelo disponibilizado pela Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União. Termo de Referência - Modelo para compras - Pregão Eletrônico, Atualização: Julho/2020. Acessado em 16 de outubro de 2020, às 16h11min no seguinte endereço: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/consultoria-geral-da-uniao-1/modelos-de-convenios-licitacoes-e-contratos/modelos-de-licitacoes-e-contratos/compras-pregao-eletronico>, respectivamente, referentes à aquisição pretendida.

ESTUDOS PRELIMINARES

DESIGNAÇÃO DE EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

De acordo com a Portaria nº 3.420/DEADI/SEORI/SG-MD, de 16 de outubro de 2020 (2809234), publicada no Boletim de Pessoal e Serviço do MD nº 43, de 23 de outubro de 2020 (2807226).

I - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços de âmbito nacional (Programa Calha Norte) para a eventual aquisição de veículos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO
1	Motocicleta para uso em todo terreno, com motor de potência mínima de 145CC, partida elétrica e injeção eletrônica. Produto similar a Moto Crosser 150 S /
2	Motocicleta para uso urbano, com motor de potência mínima de 145CC, partida elétrica e injeção eletrônica. Produto similar a moto CG 160 Start da Honda.
3	Motocicleta para uso urbano, com motor de potência mínima de 100CC, partida elétrica e injeção eletrônica. Produto similar a moto Biz 110i da Honda. Entrega no Estado de RORAIMA.
4	Motocicleta para uso urbano, com motor de potência mínima de 100CC, partida elétrica e injeção eletrônica. Produto similar a moto Biz 110i da Honda. Entrega no Estado de RORAIMA.
5	Veículo utilitário para 2 passageiros, tipo furgão, com potência mínima de 80CV. Produto similar ao Fiat Fiorino Evo. Entrega no Estado de RONDÔNIA.
6	Veículo administrativo para 5 passageiros, tipo hatch, com potência mínima de 70CV. Produto similar ao Fiat Uno Attractive. Entrega no Estado do ACRE.
7	Veículo administrativo para 5 passageiros, tipo hatch, com potência mínima de 70CV. Produto similar ao Fiat Uno Attractive. Entrega no Estado do AMAZONAS.
8	Veículo administrativo para 5 passageiros, tipo hatch, com potência mínima de 70CV. Produto similar ao Fiat Uno Attractive. Entrega no Estado do AMAPÁ.
9	Veículo administrativo para 5 passageiros, tipo hatch, com potência mínima de 70CV. Produto similar ao Fiat Uno Attractive. Entrega no Estado de RONDÔNIA.
10	Veículo administrativo para 5 passageiros, tipo hatch, com potência mínima de 70CV. Produto similar ao Fiat Uno Attractive. Entrega no Estado de RORAIMA.
11	Veículo administrativo para 5 passageiros, tipo sedan, com potência mínima de 80CV. Produto similar ao Grand Siena Attractive. Entrega no Estado do ACRE.
12	Veículo administrativo para 5 passageiros, tipo sedan, com potência mínima de 80CV. Produto similar ao Grand Siena Attractive. Entrega no Estado do AMAPÁ.
13	Veículo administrativo para 5 passageiros, tipo sedan, com potência mínima de 80CV. Produto similar ao Grand Siena Attractive. Entrega no Estado de RONDÔNIA.
14	Veículo administrativo para 5 passageiros, tipo sedan, com potência mínima de 80CV. Produto similar ao Grand Siena Attractive. Entrega no Estado de TOCANTINS.
15	Veículo administrativo para 7 passageiros, tipo minivan, com potência mínima de 100CV. Produto similar a Spin PREMIER 1.8 da Chevrolet. Entrega no Estado de RORAIMA.
16	Veículo utilitário picape cabine simples, com motor bicombustível (gasolina/etanol) e potência mínima de 80 CV. Produto similar a picape Saveiro Robust da Volkswagen.
17	Veículo utilitário picape cabine simples, com motor bicombustível (gasolina/etanol) e potência mínima de 80 CV. Produto similar a picape Saveiro Robust da Volkswagen.
18	Veículo utilitário picape cabine simples, com motor bicombustível (gasolina/etanol) e potência mínima de 80 CV. Produto similar a picape Saveiro Robust da Volkswagen.
19	Veículo utilitário picape cabine simples, com motor bicombustível (gasolina/etanol) e potência mínima de 80 CV. Produto similar a picape Saveiro Robust da Volkswagen.
20	Minivan para no mínimo 11 lugares, com motor movido à diesel e potência mínima de 100 CV. Veículo similar ao Citroën Jumpy Minibus. Entrega no Estado de RORAIMA.
21	Minivan para no mínimo 11 lugares, com motor movido à diesel e potência mínima de 100 CV. Veículo similar ao Citroën Jumpy Minibus. Entrega no Estado de RORAIMA.

22	VAN teto alto, com capacidade para transportar no mínimo 15 passageiros, mais o motorista, e com motor à diesel de potência mínima de 130 CV. Produto Fiat. Entrega no Estado do ACRE.
23	VAN teto alto, com capacidade para transportar no mínimo 15 passageiros, mais o motorista, e com motor à diesel de potência mínima de 130 CV. Produto Fiat. Entrega no Estado do AMAZONAS.
24	VAN teto alto, com capacidade para transportar no mínimo 15 passageiros, mais o motorista, e com motor à diesel de potência mínima de 130 CV. Produto Fiat. Entrega no Estado de RONDÔNIA.
25	VAN teto alto, com capacidade para transportar no mínimo 15 passageiros, mais o motorista, e com motor à diesel de potência mínima de 130 CV. Produto Fiat. Entrega no Estado do TOCANTINS.
26	VAN teto alto com capacidade para transportar no mínimo 20 passageiros, mais o motorista, e com motor à diesel de potência mínima de 150 CV. Produto similar ao Estado do ACRE.
27	VAN teto alto com capacidade para transportar no mínimo 20 passageiros, mais o motorista, e com motor à diesel de potência mínima de 150 CV. Produto similar ao Estado do AMAZONAS.
28	Veículo utilitário picape cabine dupla 4x2, com motor biocombustível e potência mínima de 115 CV. Produto similar a Picape Duster Oroch Express 1.6. Entrega no Estado do ACRE.
29	Veículo utilitário picape cabine dupla 4x2, com motor biocombustível e potência mínima de 115 CV. Produto similar a Picape Duster Oroch Express 1.6. Entrega no Estado do ACRE.
30	Veículo utilitário picape cabine dupla 4x2, com motor biocombustível e potência mínima de 115 CV. Produto similar a Picape Duster Oroch Express 1.6. Entrega no Estado do ACRE.
31	Veículo utilitário picape cabine dupla 4x4, com motor à diesel e potência mínima de 130 CV. Produto similar a picape Fiat Toro Endurance. Entrega no Estado do ACRE.
32	Veículo utilitário picape cabine dupla 4x4, com motor biocombustível e potência mínima de 160 CV. Produto similar a Picape S10 2.5 AT ECOTEC da Chevrolet. Entrega no Estado do ACRE.
33	Veículo utilitário picape cabine simples, com motor à diesel e potência mínima de 160 CV. Produto similar a picape LS 2.8 TDI da Chevrolet. Entrega no Estado do ACRE.
34	Veículo utilitário picape cabine dupla 4x4, com motor à diesel e potência mínima de 160 CV. Produto similar a picape L200 Triton Sport GL da Mitsubishi. Entrega no Estado do ACRE.
35	Veículo utilitário picape cabine dupla 4x4, com motor à diesel e potência mínima de 160 CV. Produto similar a picape L200 Triton Sport GL da Mitsubishi. Entrega no Estado do ACRE.
36	Veículo utilitário picape cabine dupla 4x4, com motor à diesel e potência mínima de 160 CV. Produto similar a picape L200 Triton Sport GL da Mitsubishi. Entrega no Estado do ACRE.
37	Veículo utilitário picape cabine dupla 4x4, com motor à diesel e potência mínima de 160 CV. Produto similar a picape L200 Triton Sport GL da Mitsubishi. Entrega no Estado do ACRE.
38	Veículo utilitário picape cabine dupla 4x4, com motor biocombustível ou diesel e potência mínima de 160 CV. Veículo adaptado para atender Secretaria de Esportes. Entrega no Estado do AMAPÁ.
39	Caminhão para uso fora de estrada, tipo cavalo mecânico tração 6x4, potência mínima de 400CV e PBTC mínimo de 70 toneladas. Veículo similar ao RONDÔNIA.
40	Caminhão para uso fora de estrada, tração 4x2, PBT de 10.000Kg, potência do motor mínima de 150 CV, equipado com comboio de lubrificação com capacidade similar ao Iveco Tector 11-190, equipado com comboio similar ao Pressolub A 2500/3R/1T da Gascom. Entrega no Estado do ACRE.
41	Caminhão para uso fora de estrada, tração 4x2, PBT de 16.000Kg, potência do motor mínima de 185 CV, equipado com comboio de lubrificação com capacidade similar ao Volkswagen Constellation 17.190, equipado com comboio similar ao Pressolub A 5000/5R/1T da Gascom. Entrega no Estado de RONDÔNIA.
42	Caminhão tração 4x2, PBT de 8.000Kg, potência do motor mínima de 150CV, equipado com carroceria de madeira tipo carga seca de 5,2m. Veículo similar ao a Buoro. Entrega no Estado do ACRE.
43	Caminhão tração 4x2, PBT de 8.000Kg, potência do motor mínima de 150CV, equipado com carroceria de madeira tipo carga seca de 5,2m. Veículo similar ao a Buoro. Entrega no Estado do AMAPÁ.
44	Caminhão tração 4x2, PBT de 8.000Kg, potência do motor mínima de 150CV, equipado com carroceria de madeira tipo carga seca de 5,2m. Veículo similar ao a Buoro. Entrega no Estado de RONDÔNIA.
45	Caminhão tração 4x2, PBT de 8.000Kg, potência do motor mínima de 150CV, equipado com carroceria de madeira tipo carga seca de 5,2m. Veículo similar ao a Buoro. Entrega no Estado de RORAIMA.
46	Caminhão tração 4x2, PBT de 8.000Kg, potência do motor mínima de 150CV, equipado com carroceria de madeira tipo carga seca de 5,2m. Veículo similar ao a Buoro. Entrega no Estado do TOCANTINS.
47	Caminhão tração 4x2, PBT de 14.000Kg, potência do motor mínima de 185CV, equipado com carroceria de madeira tipo carga seca de 7,00m. Veículo similar ao madeira similar a Buoro. Entrega no Estado do ACRE.
48	Caminhão tração 4x2, PBT de 14.000Kg, potência do motor mínima de 185CV, equipado com carroceria de madeira tipo carga seca de 7,00m. Veículo similar ao madeira similar a Buoro. Entrega no Estado do TOCANTINS.
49	Caminhão tração 4x2, PBT de 16.000Kg, potência do motor mínima de 185CV, equipado com carroceria basculante de 6m³. Veículo similar ao Volkswagen Basculante modelo América de 6m³ da Facchini. Entrega no Estado do ACRE.
50	Caminhão tração 4x2, PBT de 16.000Kg, potência do motor mínima de 185CV, equipado com carroceria basculante de 6m³. Veículo similar ao Volkswagen Basculante modelo América de 6m³ da Facchini. Entrega no Estado do AMAZONAS.
51	Caminhão tração 4x2, PBT de 16.000Kg, potência do motor mínima de 185CV, equipado com carroceria basculante de 6m³. Veículo similar ao Volkswagen Basculante modelo América de 6m³ da Facchini. Entrega no Estado do AMAPÁ.
52	Caminhão tração 4x2, PBT de 16.000Kg, potência do motor mínima de 185CV, equipado com carroceria basculante de 6m³. Veículo similar ao Volkswagen Basculante modelo América de 6m³ da Facchini. Entrega no Estado de RONDÔNIA.
53	Caminhão tração 4x2, PBT de 16.000Kg, potência do motor mínima de 185CV, equipado com carroceria basculante de 6m³. Veículo similar ao Volkswagen Basculante modelo América de 6m³ da Facchini. Entrega no Estado do MATO GROSSO.
54	Caminhão tração 4x2, PBT de 16.000Kg, potência do motor mínima de 185CV, equipado com carroceria basculante de 6m³. Veículo similar ao Volkswagen Basculante modelo América de 6m³ da Facchini. Entrega no Estado do MATO GROSSO.

	Basculante modelo América de 6m³ da Facchini. Entrega no Estado do TOCANTINS.
55	Caminhão tração 6x2, PBT de 23.000Kg, potência do motor mínima de 230CV, equipado com carroceria basculante de 10m³. Veículo similar ao Merce Facchini. Entrega no Estado do ACRE.
56	Caminhão tração 6x2, PBT de 23.000Kg, potência do motor mínima de 230CV, equipado com carroceria basculante de 10m³. Veículo similar ao Merce Facchini. Entrega no Estado do AMAPÁ.
57	Caminhão tração 6x2, PBT de 23.000Kg, potência do motor mínima de 230CV, equipado com carroceria basculante de 10m³. Veículo similar ao Merce Facchini. Entrega no Estado de RONDÔNIA.
58	Caminhão para uso fora de estrada, tração 6x4, PBT 23.000Kg, potência do motor mínima de 270 CV, equipado com carroceria basculante de 12m³. Veículo similar ao Mercedes-Benz Atego 1726, equipado com Guindaste Articulado Hidráulico PK 23500 EV1 da Palfinger. Entrega no Estado do ACRE.
59	Caminhão para uso fora de estrada, tração 6x4, PBT 23.000Kg, potência do motor mínima de 270 CV, equipado com carroceria basculante de 12m³. Veículo similar ao Mercedes-Benz Atego 1726, equipado com Guindaste Articulado Hidráulico PK 23500 EV1 da Palfinger. Entrega no Estado de RONDÔNIA.
60	Caminhão para uso fora de estrada, tração 6x4, PBT 23.000Kg, potência do motor mínima de 270 CV, equipado com carroceria basculante de 12m³. Veículo similar ao Mercedes-Benz Atego 1726, equipado com Guindaste Articulado Hidráulico PK 23500 EV1 da Palfinger. Entrega no Estado do TOCANTINS.
61	Caminhão tração 4x2, PBT de 10.000Kg, potência do motor mínima de 180CV, equipado com coletor de lixo com capacidade de 6m³. Veículo similar ao Compact 6 da DAMAEQ. Entrega no Estado do AMAPÁ.
62	Caminhão tração 4x2, PBT de 10.000Kg, potência do motor mínima de 180CV, equipado com coletor de lixo com capacidade de 6m³. Veículo similar ao Compact 6 da DAMAEQ. Entrega no Estado do AMAPÁ.
63	Caminhão tração 4x2, PBT de 10.000Kg, potência do motor mínima de 180CV, equipado com coletor de lixo com capacidade de 6m³. Veículo similar ao Compact 6 da DAMAEQ. Entrega no Estado do TOCANTINS.
64	Caminhão tração 4x2, PBT de 14.000Kg, potência do motor mínima de 185CV, equipado com coletor de lixo com capacidade de 12m³. Veículo similar ao Mercedes-Benz Atego 1726, equipado com Guindaste Articulado Hidráulico PK 23500 EV1 da Palfinger. Entrega no Estado do AMAPÁ.
65	Caminhão tração 4x2, PBT de 14.000Kg, potência do motor mínima de 185CV, equipado com coletor de lixo com capacidade de 12m³. Veículo similar ao Mercedes-Benz Atego 1726, equipado com Guindaste Articulado Hidráulico PK 23500 EV1 da Palfinger. Entrega no Estado de RONDÔNIA.
66	Caminhão tração 4x2, PBT de 14.000Kg, potência do motor mínima de 185CV, equipado com coletor de lixo com capacidade de 12m³. Veículo similar ao Mercedes-Benz Atego 1726, equipado com Guindaste Articulado Hidráulico PK 23500 EV1 da Palfinger. Entrega no Estado do TOCANTINS.
67	Caminhão tração 4x2, PBT de 16.000Kg, potência do motor mínima de 185CV, equipado com coletor de lixo com capacidade de 15m³. Veículo similar ao Mercedes-Benz Atego 1726, equipado com Guindaste Articulado Hidráulico PK 23500 EV1 da Palfinger. Entrega no Estado do AMAPÁ.
68	Caminhão tração 4x2, PBT 16.000Kg, potência do motor mínima de 250 CV, equipado com guindaste hidráulico tipo munck com momento de carga útil de 12.000kg. Veículo similar ao Mercedes-Benz Atego 1726, equipado com Guindaste Articulado Hidráulico PK 23500 EV1 da Palfinger. Entrega no Estado do ACRE.
69	Caminhão para uso fora de estrada, tração 6x4, PBT 23.000Kg, potência do motor mínima de 270 CV, equipado com guindaste hidráulico tipo munck com momento de carga útil de 12.000kg. Veículo similar ao Mercedes-Benz Atego 1726, equipado com Guindaste Articulado Hidráulico PK 23500 EV1 da Palfinger. Entrega no Estado de RONDÔNIA.
70	Caminhão para uso fora de estrada, tração 8x4, PBT 29.000Kg, potência do motor mínima de 270 CV, equipado com carroceria plataforma fixa. Veículo similar a Carrega Tudo Fixa 20T da Mirassol implementos. Entrega no Estado do ACRE.
71	Caminhão para uso fora de estrada, tração 8x4, PBT 29.000Kg, potência do motor mínima de 270 CV, equipado com carroceria plataforma fixa. Veículo similar a Carrega Tudo Fixa 20T da Mirassol implementos. Entrega no Estado de RONDÔNIA.
72	Caminhão tração 4x2, PBT de 16.000Kg, potência do motor mínima de 185CV, equipado com tanque irrigador de água, capacidade de 10.000 litros. Veículo similar ao Tanque Irrigador tipo Exército Brasileiro da Facchini. Entrega no Estado do ACRE.
73	Caminhão tração 4x2, PBT de 16.000Kg, potência do motor mínima de 185CV, equipado com tanque irrigador de água, capacidade de 10.000 litros. Veículo similar ao Tanque Irrigador tipo Exército Brasileiro da Facchini. Entrega no Estado de RONDÔNIA.
74	Caminhão tração 4x2, PBT de 16.000Kg, potência do motor mínima de 185CV, equipado com tanque irrigador de água, capacidade de 10.000 litros. Veículo similar ao Tanque Irrigador tipo Exército Brasileiro da Facchini. Entrega no Estado do TOCANTINS.
75	Caminhão para uso fora de estrada, tração 6x2, PBT de 23.000Kg, potência do motor mínima de 230CV, equipado com tanque irrigador de água, capacidade de 23.230, com implemento de Tanque Irrigador tipo Exército Brasileiro da Facchini. Entrega no Estado de RONDÔNIA.
76	Caminhão para uso fora de estrada, tração 6x4, PBT de 23.000Kg, potência do motor mínima de 270CV, equipado com tanque irrigador de água, capacidade de 23.230, com implemento de Tanque Irrigador tipo Exército Brasileiro da Facchini. Entrega no Estado de RONDÔNIA.
77	Caminhão tração 4x2, PBT de 8.000Kg, potência do motor mínima de 150CV, equipado com carroceria tipo baú metálico frigorífico. Veículo similar ao Hy Isotérmico/Frigoríficoda M Truck Service. Entrega no Estado do ACRE.
78	Caminhão tração 4x2, PBT de 8.000Kg, potência do motor mínima de 150CV, equipado com carroceria tipo baú metálico frigorífico. Veículo similar ao Hy Isotérmico/Frigorífico da M Truck Service. Entrega no Estado de RONDÔNIA.
79	Caminhão tração 4x2, PBT de 8.000Kg, potência do motor mínima de 150CV , equipado com carroceria tipo baú metálico para carga seca. Veículo similar ao Seca da M Truck Service. Entrega no Estado do ACRE.
80	Caminhão tração 4x2, PBT de 8.000Kg, potência do motor mínima de 150CV, equipado com carroceria tipo baú metálico para carga seca. Veículo similar ao Seca da M Truck Service. Entrega no Estado do AMAPÁ.
81	Veículo utilitário picape cabine simples, tração 4x4, potência do motor mínima de 160CV, equipado com cesto aéreo para trabalho em com altura mínima de 13m. Veículo similar ao Cesto Micro Sky 10m não isolado da Masal. Entrega no Estado de RONDÔNIA.
82	Caminhão tração 4x2, PBT de 5.000Kg, potência do motor mínima de 160CV, equipado com cesto aéreo para trabalho em com altura mínima de 13m. Veículo similar ao Cesto Micro SKY 13.5m não isolado da Masal. Entrega no Estado de RONDÔNIA.
83	Micro-ônibus rodoviário para no mínimo 24 passageiros e potência do motor mínima de 160CV, PBT de 7.000Kg, equipado com Dispositivo de Poltrona

	reduzida. Produto similar ao Soul Class da Iveco. Entrega no Estado do ACRE.
84	Micro-ônibus rodoviário para no mínimo 24 passageiros e potência do motor mínima de 160CV, PBT de 7.000Kg, equipado com Dispositivo de Poltrona reduzida. Produto similar ao Soul Class da Iveco. Entrega no Estado do AMAPÁ.
85	Micro-ônibus rodoviário para no mínimo 24 passageiros e potência do motor mínima de 160CV, PBT de 7.000Kg, equipado com Dispositivo de Poltrona reduzida. Produto similar ao Soul Class da Iveco. Entrega no Estado de RONDÔNIA.
86	Micro-ônibus rodoviário para no mínimo 24 passageiros e potência do motor mínima de 160CV, PBT de 7.000Kg, equipado com Dispositivo de Poltrona reduzida. Produto similar ao Soul Class da Iveco. Entrega no Estado do TOCANTINS.
87	Micro-ônibus rodoviário para no mínimo 30 passageiros e potência do motor mínima de 160CV, PBT de 7.000Kg, equipado com Dispositivo de Poltrona similar ao Soul Class da Iveco. Entrega no Estado de RONDÔNIA.
88	Micro-ônibus rodoviário para no mínimo 30 passageiros e potência do motor mínima de 160CV, PBT de 7.000Kg, equipado com Dispositivo de Poltrona similar ao Soul Class da Iveco. Entrega no Estado do TOCANTINS.
89	Ônibus rodoviário para no mínimo 34 passageiros, potência do motor mínima de 160CV, PBT mínimo de 10.000Kg, equipado com Dispositivo de Poltrona similar ao Volare Fly 10. Entrega no Estado do ACRE.
90	Ônibus rodoviário para no mínimo 34 passageiros, potência do motor mínima de 160CV, PBT mínimo de 10.000Kg, equipado com Dispositivo de Poltrona similar ao Volare Fly 10. Entrega no Estado de RONDÔNIA.
91	Ônibus rodoviário para no mínimo 34 passageiros, potência do motor mínima de 160CV, PBT mínimo de 10.000Kg, equipado com Dispositivo de Poltrona similar ao Volare Fly 10. Entrega no Estado do TOCANTINS.
92	Ônibus rodoviário para no mínimo 40 passageiros e potência do motor mínima de 230, PBT mínimo de 17.000Kg, equipado com Dispositivo de Poltrona similar ao Ônibus Comil Campione 3.25. Entrega no Estado do AMAPÁ.
93	Ônibus rodoviário para no mínimo 40 passageiros e potência do motor mínima de 230, PBT mínimo de 17.000Kg, equipado com Dispositivo de Poltrona similar ao Ônibus Comil Campione 3.25. Entrega no Estado de RONDÔNIA.
94	Ônibus rodoviário para no mínimo 44 passageiros e potência do motor mínima de 230CV, PBT mínimo de 17.000Kg, equipado com Dispositivo de Poltrona similar ao Ônibus Comil Campione 3.25. Entrega no Estado do AMAPÁ.
95	Ônibus rodoviário para no mínimo 44 passageiros e potência do motor mínima de 230CV, PBT mínimo de 17.000Kg, equipado com Dispositivo de Poltrona similar ao Ônibus Comil Campione 3.25. Entrega no Estado de RONDÔNIA.
96	Ônibus rodoviário para no mínimo 44 passageiros e potência do motor mínima de 230CV, PBT mínimo de 17.000Kg, equipado com Dispositivo de Poltrona similar ao Ônibus Comil Campione 3.25. Entrega no Estado do TOCANTINS.
97	Semirreboque para transporte de máquinas, com duas rampas hidráulicas, 2 eixos de rodado duplo e capacidade de carga de 25.000Kg. Produto similar ao Semirreboque para transporte de máquinas, com duas rampas hidráulicas, 2 eixos de rodado duplo e capacidade de carga de 25.000Kg. Produto similar ao Semirreboque para transporte de máquinas, com duas rampas hidráulicas, 2 eixos de rodado duplo e capacidade de carga de 25.000Kg. Entrega no Estado de RONDÔNIA.
O CUSTO TOTAL DESTA AQUISIÇÃO POSSUI O VALOR ESTIMADO DE R\$ 1.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais).	

Tabela 1 - Estimativa inicial realizada pelo Programa Calha Norte (PCN) extraído do DFD nº 8/2020 (SEI MD nº 2797634)

1.2. O prazo de vigência da contratação é 12 (doze) meses, contados da data de homologação da Ata de Registro de Preços, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

1.3. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

1.3.1. A proposta inicial, encaminhada pelo Sistema de Compras Governamentais, deverá conter a documentação relacionada no quadro abaixo (Forma de Comprovação), sob a pena de desclassificação.

1.3.1.1. Com exceção da CERTIDÃO EMITIDA PELO IBAMA do CADASTRO TÉCNICO FEDERAL, que pode ser obtida pelo pregoeiro em site oficial, a documentação relacionada a seguir NÃO PODERÁ SER ENVIADA POSTERIORMENTE PELO LICITANTE, uma vez que é vedada a inclusão de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, conforme disposto no art. 43, §3º, dispõe a Lei nº 8.666/1993.

EXIGÊNCIA	FORMA DE COMPROVAÇÃO
<p>Para os itens acima relacionados, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, alterada pela Instrução Normativa IBAMA nº 11, de 13/04/2018, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.</p> <p>Anexo I - INDÚSTRIA DE MATERIAL DE TRANSPORTE Código 6-1 Fabricação e montagem de veículos rodoviários e ferroviários, peças e acessórios.</p>	<p>O licitante deverá comprovar, como requisito de aceitação de sua proposta, que o FABRICANTE DO PRODUTO por ele ofertado está devidamente registrado junto ao CTF/APP.</p> <p>A conformidade com o solicitado se dará por CERTIDÃO EMITIDA PELO IBAMA.</p> <p>A apresentação do CADASTRO TÉCNICO FEDERAL – CONSULTA PÚBLICA A CERTIFICAÇÃO DE REGULARIDADE - CERTIFICADO DE REGULARIDADE será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta “on line” ao site oficial do IBAMA, imprimindo-o e anexando-o ao Processo.</p> <p>O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie imediatamente, SOB PENA DE NÃO-ACEITAÇÃO DA PROPOSTA, o comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido.</p> <p>Caso o fabricante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.</p>

1.3. NOTA EXPLICATIVA:

1.3.2. Em relação a obtenção do CERTIFICADO DE REGULARIDADE emitido pelo IBAMA, de posse dos dados do responsável legal, declarante e da empresa a inscrição não demora mais que 15 (quinze) minutos e pode ser realizada no seguinte endereço: <https://servicos.ibama.gov.br/ctf/cadastroInicialPessoaJuridica.php> (para pessoas jurídicas) e <https://servicos.ibama.gov.br/ctf/cadastroInicialPessoaFisica.php>

(para pessoas físicas), demais dúvidas é só acessar o PERGUNTAS FREQUENTES no seguinte endereço: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/ctf#ctf-app>, após a conclusão do processo é DEVIDO UMA TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL – TCFA, de acordo com o art. 17-B da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, a cada trimestre de acordo com o Anexo IX (incluído pela Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000, conforme tabela abaixo:

Potencial de Poluição, Grau de utilização de Recursos Naturais	Pessoa Física	Microempresa	Empresa de Pequeno Porte	Empresa de Médio Porte	Empresa de Grande Porte
Pequeno	-	-	112,50	225,00	450,00
Médio	-	-	180,00	360,00	900,00
Alto	-	50,00	225,00	450,00	2.250,00

Atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais (Anexo VIII - [Incluído pela Lei nº 10.165, de 27.12.2000](#))

Código	Categoria	Descrição	Pp/gu
6	Indústria de Material de Transporte	Fabricação e montagem de VEÍCULOS RODOVIÁRIOS e ferroviários, peças e acessórios; fabricação e montagem de aeronaves; fabricação e reparo de embarcações e estruturas flutuantes.	MMédio

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA AQUISIÇÃO

2.1. O Departamento do Programa Calha Norte (DPCN) atua na promoção do desenvolvimento regional por meio da celebração de Convênios com Estados e Municípios para aquisição de veículos.

2.2. Ocorre, que em virtude de fatores alheios ao DPCN, os Convênios são demasiadamente longos e comprometem a eficiência e eficácia do processo de transferências voluntárias. Desta forma, ao registrar preço para aquisição dos objetos conveniados, esperamos reduzir o tempo de execução e prestação de contas dos Convênios.

2.3. O Registro de Preços possibilitará aos Convenientes uma aquisição mais célere, segura e com economicidade pelo ganho de escala na compra centralizada; otimização no controle, pela possibilidade de acompanhamento de um número reduzido de processos licitatórios; eficiência da gestão, tanto do ponto de vista da administração pública federal quanto das administrações estaduais e municipais, pela redução de processos licitatórios e de execução, acompanhamento e prestação de contas de convênios mais ágeis e eficientes.

2.4. Cabe destacar ainda, que o registro de preços mitigará a perda de recurso durante a consecução do convênio, uma vez que o Convênio será realizado já no valor de mercado, possibilitando aos parlamentares o emprego judicioso dos recursos das emendas.

2.5. Os quantitativos que serão licitados, são estimados com base nos Convênios celebrados em 2019 e 2020 no âmbito deste Ministério, sob a égide do DPCN, que se encontram celebrados, aprovados e propostos na Plataforma + BRASIL, conforme anexos ALFA e BRAVO (Memória de Cálculo para quantitativos e locais de entrega) **Apêndice I** ao Termo de Referência.

2.6. Com base nos incisos IV do art. 3º, do Decreto nº 7.892/2013, será utilizado o Sistema de Registro de Preços conforme abaixo transcrito:

“VI - compra nacional - compra ou contratação de bens e serviços, em que o órgão gerenciador conduz os procedimentos para registro de preços destinado à execução descentralizada de programa ou projeto federal, mediante prévia indicação da demanda pelos entes federados beneficiados; e (Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2.014)” grifo nosso.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, **Apêndice II**, abrange a aquisição de veículos.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Os **materiais a serem adquiridos são comuns** de acordo com o **Parágrafo Único, do art. 1º, da Lei nº 10.520, de 2002**, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais do mercado.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega dos veículos é de 90 (noventa) dias, contados da entrega da Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho, em remessa única, na cidade que possua concessionária mais próxima da Prefeitura Municipal, conforme **Apêndice I** ao Termo de Referência. O prazo de entrega poderá prorrogado em caráter excepcional por mais 30 (trinta) dias, a critério da administração pública, desde que a contratada apresente o pedido por escrito, com a devida justificativa. Na ausência de concessionária dos fabricantes no interior do Estado, a entrega deverá ocorrer na capital estadual.

5.2. Os veículos serão recebidos provisoriamente no prazo de 2 (dois) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.3. Os veículos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4. Os bens fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso e com o primeiro emplacamento em nome do conveniente. O veículo somente será pago, quando o mesmo tiver sua propriedade transferida e sem restrições para o nome do órgão contratante, por este motivo será consultado o banco de dados do DENATRAN. Todas as despesas decorrentes da transferência serão de responsabilidade da licitante. A prestação de contas do Convênio somente será aceita, Certificado de Registro do Veículo (CRV) e o Certificado de Registro de Licenciamento (CRLV) em nome da Conveniente.

5.5. Eventuais recusas nos bens entregues em desconformidade com esse instrumento, não justificará atrasos nos prazos de entrega. Ocorrendo recusa pela segunda vez, o contrato poderá ser rescindido.

5.6. Fica estabelecido o prazo de 10 (dez) dias para a retirada dos veículos rejeitados, contado da data da rejeição dos mesmos. A Administração não se responsabilizará por eventuais danos causados aos veículos.

5.7. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 8 (oito) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.7.1. Os bens serão submetidos a um Termo de Recebimento e Exame de Material, onde serão inspecionados e testados, inclusive seus componentes. Somente após o aceite da comissão, com a respectiva publicação, é que os bens serão encaminhados para pagamentos.

5.7.2. As especificações técnicas poderão variar em até ±3% das especificações indicadas.

5.7.3. O recebimento do veículo estará condicionado à estrita observância das Especificações Técnicas e instruções, cabendo à verificação respectiva ao responsável da administração pelo recebimento.

5.7.4. Na hipótese da verificação, a que se refere o subitem anterior, não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.9. Inspeção e Certificação pelo INMETRO - Todos os componentes que são passíveis de inspeção e certificação pelo INMETRO, deverão ser inspecionados e certificados. Toda a inspeção e certificação ocorrerão por conta do fabricante ou fornecedor.

5.1.10. Todos os veículos deverão ser entregues em consonância com a legislação do CONTRAN, em especial as seguintes:

- 5.10.1. Resolução CONTRAN nº 14/1998, que estabelece os equipamentos obrigatórios para a frota de veículos em circulação e dá outras providências;
- 5.10.2. Resolução CONTRAN nº 87/1999, que dá nova redação à alínea a, e cria a alínea c inciso III do artigo 2º, prorroga o prazo referente ao inciso II do artigo 6º da Resolução nº 14/98 - CONTRAN, que estabelece os equipamentos obrigatórios para a frota de veículos em circulação e dá outras providências;
- 5.10.3. Resolução CONTRAN nº 99/1999, que dispõe sobre requisitos técnicos mínimos do registrador instantâneo e inalterável de velocidade e tempo, conforme o Código de Trânsito Brasileiro;
- 5.10.4. Resolução CONTRAN nº 128/2001, que estabelece a obrigatoriedade de utilização de dispositivo de segurança para prover melhores condições de visibilidade diurna e noturna;
- 5.10.5. Resolução CONTRAN nº 152/2003, que estabelece os requisitos técnicos de fabricação e instalação de para-choque traseiro;
- 5.10.6. Resolução CONTRAN nº 323/2009, que estabelece os requisitos técnicos de fabricação e instalação de protetor lateral; e
- 5.10.7. Resolução CONTRAN nº 563/2015, que dispõe sobre o sistema de segurança para a circulação de veículos e implementos rodoviários do tipo carroceria basculante.
- 5.11. Os veículos de transporte coletivos, deverão seguir a Norma Brasileira ABNT NBR 15570.
- 5.12. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, com base na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o seguinte:
- 5.12.1. Habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista, cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. (Incluído pela Lei nº 9.854, de 1999) conforme modelos previstos no EDITAL.
- 5.12.2. A qualificação técnica dar-se-á conforme o que se segue:
- 5.12.2.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.
- 5.12.2.2. Possuir empresa com Cadastro Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) compatível para comércio de veículos. Caso a empresa não possua CNAE pertinente, poderá apresentar objeto social ou ato construtivo que contenha o comércio de veículos.
- 5.12.2.3. Em estrita observação ao Princípios da segurança jurídica, interesse público, eficiência e razoabilidade, somente serão adjudicados itens para empresas que possuem rede de concessionária autorizadas nos estados da federação com previsão de entrega de bens, uma vez que a falta de assistência técnica no estado de domicílio do conveniente, resultará em deslocamentos para outros estados para realizar a manutenção, resultando em gastos extraordinários e tornando a aquisição antieconômica. Desta forma, a proponente deverá apresentar juntamente com sua proposta, uma relação contendo REDE DE CONCESSIONÁRIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA capacitada para realizar serviços de manutenção preventiva e corretiva nos estados abrangidos pelo item fornecido. A saber: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul (faixa de fronteira), Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Somente serão aceitos itens, cuja assistência técnica do fabricante se fizer presente no Estado abrangido.**
- 5.12.3. Os documentos originais de habilitação terão o prazo de entrega até 72 (setenta e duas) horas, a partir da comunicação eletrônica do pregoeiro no Portal de Compras.
- 5.13. Prazos e condições de garantia e assistência técnica
- 5.13.1. O prazo mínimo de Garantia Técnica do Objeto deste Contrato é a seguinte:
- 5.13.2. 12 (doze) meses sem limite de quilometragem para caminhões e veículos, sendo que para trem de força dos veículos médios e pesados, a garantia mínima será de 24 (vinte e quatro) meses.
- 5.13.3. Todos os prazos serão contados a partir da data do seu Recebimento Definitivo.
- 5.13.4. A instalação de implementos nos caminhões deverá ter estrita observância ao Manual do Implementador de cada fabricante.
- 5.13.5. A Garantia Técnica deve abranger todo e qualquer defeito de fabricação, quer por falha de funcionamento ou por montagem ou, ainda, em decorrência de desgaste prematuro, em uso normal do veículo, nos seus diversos conjuntos, peças e acessórios, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 5.13.6. A ocorrência de qualquer defeito de funcionamento, coberto pela garantia, implicará na obrigação, por parte da CONTRATADA, da correção do problema no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a comunicação oficial, sem ônus para a CONTRATANTE, podendo ser prorrogado pela CONTRATANTE, mediante solicitação.
- 5.13.7. A CONTRATADA se compromete agilizar a reparação ou substituição do material defeituoso, por materiais novos, não reconicionados e disponibilizar todos os meios ao seu alcance, com o objetivo de reduzir o prazo de devolução do material reparado ou entrega de um material substituto.
- 5.13.8. O não cumprimento dos prazos previsto para correção dos defeitos poderá acarretar, a critério da CONTRATANTE, as penalidades estipuladas na legislação pertinente, sobretudo as elencadas na Lei nº 8.666/93.
- 5.13.9. Durante o prazo de garantia prevista no subitem 5.13.2, qualquer pane que impeça o funcionamento do objeto, desde que a causa seja comprovadamente da CONTRATADA. O veículo estará coberto com os serviços de assistência técnica incluso, se o caso for previsto, o frete para a concessionária da marca mais próxima, sem ônus para a CONTRATANTE, respeitando-se as regras do Termo de Garantia do Fabricante do veículo.
- 5.13.10. Quando houver necessidade de substituição de materiais defeituosos pela CONTRATADA, a mesma se compromete a utilizar peças e conjuntos de reparação genuínos, não se admitindo a reposição com produtos recuperados.
- 5.13.11. A Garantia Técnica não se aplicará aos materiais e conjuntos danificados em decorrência de acidente, a menos que tenha sido ocasionado por material defeituoso. Caso haja indícios de que o acidente tenha sido causado por material defeituoso, far-se-á necessário um Inquérito Técnico, a cargo da CONTRATANTE, acompanhada pela CONTRATADA, a fim de que se apurem as causas, efeitos e responsabilidades do acidente.
- 5.13.12. A Garantia Técnica se aplicará, também, aos materiais e conjuntos de reparação novos substituídos ou aplicados aos veículos após o acidente.
- 5.13.13. O fabricante e/ou revendedor especializado deverão realizar o acompanhamento preventivo e preditivo do veículo por técnico especializado durante a garantia técnica prevista no item 5.13.2, com a finalidade de assegurar, nesse período a disponibilidade e o menor custo de manutenção.
- 5.13.14. A manutenção com troca de óleos e filtros dos variados sistemas, que compõem o veículo, deve ser feita na concessionária da marca do produto ofertado mais próxima do município contemplado, ficando a responsabilidade de transportar os veículos por conta dos CONTRATANTES.
- 5.13.15. As especificações técnicas dos veículos a serem adquiridos são as constantes no **Apêndice III – Especificações técnicas**.
- 5.13.16. A CONTRATADA fornecerá à CONTRATANTE a seguinte documentação técnica impressa ou em mídia digital, na língua portuguesa, acompanhando o veículo, observando-se especificações abaixo:
- 5.13.16.1. Manual de Garantia;
- 5.13.16.2. Manual de Reparação (ou manutenção) do Veículo;
- 5.13.16.3. Lista da rede de concessionárias autorizadas; e
- 5.13.16.4. Prazo de Entrega Técnica;
- 5.13.16.5. A entrega técnica deve ser realizada pelo fabricante, ou representante qualificado e autorizado, na sede do município contratante, como usuário final, a fim de transmitir informações técnicas relativas à operação, manutenção e segurança do veículo, para no mínimo 2 (dois) motoristas e 01 (um) mecânico; e
- 5.13.16.6. O prazo para a Entrega Técnica é de até 2 (dois) dias após o recebimento do veículo, devendo ser agendada pela Contratada com o responsável pelo recebimento.
- 5.14. Todos os veículos deverão conter identificação visual de ativos adquiridos mediante convênio com o Ministério da Defesa/Programa Calha Norte. Essa identificação dar-se-á por meio de adesivos colados nas laterais dos mesmos, conforme o padrão e dimensões demonstrados no **Apêndice IV** deste Termo de Referência com base no Modelo de Identificação Visual para Equipamentos e Viaturas do Manual do DPCN- 2018, página 143.

5.15. Quando o objeto se tratar de motocicleta o adesivo com a identificação visual poderá ser reduzido para aproximadamente 25% do tamanho proposto no item anterior.

5.16. Todos os ativos adquiridos deverão atender aos preceitos regulamentares dos órgãos oficiais nacionais de trânsito, nos aspectos relacionados à iluminação, sinalização e segurança (Código Brasileiro de Trânsito, seu Regulamento e Resoluções).

5.17. Qualificação Técnica:

5.17.1. A licitante deverá comprovar aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto deste Termo de Referência, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

5.17.1.1. a soma dos atestados apresentados deverá comprovar o fornecimento de quantitativos, mínimos, equivalentes a **30% (trinta por cento)** da quantidade prevista para cada item deste Termo de Referência, conforme tabela abaixo. (Em conformidade com os Acórdãos nº 3.157/2004 - 1ª Câmara, 124/2002, 1.937/2003, 1.341/2006, 2.143/2007, 1.557/2009, 534/2011, 1.695/2011, 737/2012 - Plenário. Acórdão nº 1.052/2012 - Plenário, TC 004.871/2012-0 - Informativo sobre Licitações e Contratos nº 104/2012 - Tribunal de Contas da União).

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANTITATIVO MÍNIMO
1	MOTOCICLETA PARA USO EM TODO TERRENO	UN	14
2	MOTOCICLETA PARA USO URBANO	UN	7
3	MOTOCICLETA PARA USO URBANO	UN	14
4	MOTOCICLETA PARA USO URBANO	UN	4
6	VEÍCULO ADMINISTRATIVO PARA 5 PASSAGEIROS, TIPO HATCH	UN	4
8	VEÍCULO ADMINISTRATIVO PARA 5 PASSAGEIROS, TIPO HATCH	UN	2
9	VEÍCULO ADMINISTRATIVO PARA 5 PASSAGEIROS, TIPO HATCH	UN	4
10	VEÍCULO ADMINISTRATIVO PARA 5 PASSAGEIROS, TIPO HATCH	UN	1
11	VEÍCULO ADMINISTRATIVO PARA 5 PASSAGEIROS, TIPO SEDAN	UN	1
18	VEÍCULO UTILITÁRIO PICAPE CABINE SIMPLES	UN	2
24	VAN TETO ALTO, COM CAPACIDADE PARA TRANSPORTAR NO MÍNIMO 15 PASSAGEIROS	UN	3
25	VAN TETO ALTO, COM CAPACIDADE PARA TRANSPORTAR NO MÍNIMO 15 PASSAGEIROS	UN	1
30	VEÍCULO UTILITÁRIO PICAPE CABINE DUPLA 4X2	UN	1
31	VEÍCULO UTILITÁRIO PICAPE CABINE DUPLA 4X4	UN	2
34	VEÍCULO UTILITÁRIO PICAPE CABINE DUPLA 4X4	UN	15
35	VEÍCULO UTILITÁRIO PICAPE CABINE DUPLA 4X4	UN	2
36	VEÍCULO UTILITÁRIO PICAPE CABINE DUPLA 4X4	UN	4
37	VEÍCULO UTILITÁRIO PICAPE CABINE DUPLA 4X4	UN	1
38	VEÍCULO UTILITÁRIO PICAPE CABINE DUPLA 4X4	UN	2
42	CAMINHÃO TRACÇÃO 4X2, PBT DE 8.000KG	UN	2
45	CAMINHÃO TRACÇÃO 4X2, PBT DE 8.000KG	UN	1
54	CAMINHÃO TRACÇÃO 4X2, PBT DE 16.000KG	UN	2
55	CAMINHÃO TRACÇÃO 6X2, PBT DE 23.000KG	UN	1
58	CAMINHÃO PARA USO FORA DE ESTRADA, TRACÇÃO 6X4, PBT 23.000KG	UN	2
59	CAMINHÃO PARA USO FORA DE ESTRADA, TRACÇÃO 6X4, PBT 23.000KG	UN	15
60	CAMINHÃO PARA USO FORA DE ESTRADA, TRACÇÃO 6X4, PBT 23.000KG	UN	3
63	CAMINHÃO TRACÇÃO 4X2, PBT DE 10.000KG	UN	1
72	CAMINHÃO TRACÇÃO 4X2, PBT DE 16.000KG	UN	2
76	CAMINHÃO PARA USO FORA DE ESTRADA, TRACÇÃO 6X4, PBT DE 23.000KG	UN	3
79	CAMINHÃO TRACÇÃO 4X2, PBT DE 8.000KG	UN	1
85	MICRO-ÔNIBUS RODOVIÁRIO PARA NO MÍNIMO 24 PASSAGEIROS	UN	2
95	ÔNIBUS RODOVIÁRIO PARA NO MÍNIMO 44 PASSAGEIROS	UN	1

5.17.2. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos documentos apresentados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

7.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de **72 (setenta e duas) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; e

7.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta)** dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até **5 (cinco)** dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da IN nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)

I = $(\frac{6}{100})$

365

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6% (seis por cento).

12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

13.1.1. De acordo com o art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, **fica a critério da autoridade competente**, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, a exigência da prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras, sendo este um **ato discricionário do Gestor e por se tratar de materiais de pronta entrega**, não gerando assim obrigação futura além das garantias previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990) e o pagamento somente ser realizado após o recebimento definitivo do objeto, fica a garantia contratual da execução dispensada.

14. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

14.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, **90 (noventa) dias, conforme inciso II do art. 26 da Lei nº 8.078, de 1990**, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

14.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

14.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

14.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

14.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

14.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

14.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

14.8. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

14.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

14.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

14.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

15.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2. ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

15.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

15.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

15.1.5. cometer fraude fiscal;

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

15.2.1. **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

15.2.2. multa moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o **valor contratado**, até o limite de 5 (cinco) dias;

15.2.3. multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o **valor contratado**, no caso de inexecução total do objeto;

15.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

15.2.5. **Suspensão temporária de participação em licitação** e impedimento de contratar **com o Ministério da Defesa e com suas unidades administrativas**, por até 2 (dois) anos;

15.2.6. **impedimento de licitar** e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

15.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 15.1 deste Termo de Referência.

15.2.7. **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

15.3. As sanções previstas nos **subitens 15.2.1, 15.2.5, 15.2.6 e 15.2.7** poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

15.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

15.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

16.1. O custo total desta aquisição possui o valor estimado de R\$ 105.214.188,28 (cento e cinco milhões, duzentos e quatorze mil, cento e oitenta e oito reais e vinte e oito centavos).

17. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

~~17.1. As despesas para atender a esta licitação estão a cargo da Gerência de Orçamento e Finanças.~~

18. DOS APÊNDICES (xxxxxxx)

18.1. Apêndice I - Memória de cálculo para locais de entrega (ALFA e BRAVO);

18.2. Apêndice II - Estudos Preliminares;

18.3. Apêndice III - Especificações Técnicas; e

18.4. Apêndice IV - Modelo de Identificação Visual para Equipamentos e Viaturas do Manual do DPCN.

II - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO, PREVENDO CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

A descrição dos requisitos para a escolha da solução, abrange a **aquisição de veículos**. Os critérios e práticas de sustentabilidade estão contidos na Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, alterada pela Instrução Normativa IBAMA nº 11, de 13/04/2018, e somente será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da referida norma.

III - LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA PROSPECÇÃO E ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS DE SOLUÇÕES, PODENDO, ENTRE OUTRAS OPÇÕES:

A) SER CONSIDERADAS CONTRATAÇÕES SIMILARES FEITAS POR OUTROS ÓRGÃOS E ENTIDADES, COM OBJETIVO DE IDENTIFICAR A EXISTÊNCIA DE NOVAS METODOLOGIAS, TECNOLOGIAS OU INOVAÇÕES QUE MELHOR ATENDAM ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO; E

No Levantamento de mercado, realizado por meio do Portal de Compras do Governo Federal (Comprasnet) do Ministério da Economia, acessado em 23 de outubro de 2020, no seguinte endereço: <http://comprasnet.gov.br/aceso.asp?url=/Livre/Ata/ConsultaAta00.asp>, pode ser observado que é comum a aquisição do material através da realização de pregões eletrônicos como pode ser observado no pregão abaixo, que contém item com características similares ao pretendido neste instrumento:

Ata - Consulta Atas de Registros de Preços

Período Pesquisado - 23/10/2018 até 22/10/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR	UASG GERENCIADORA	LICITAÇÃO	PERÍODO DE VIGÊNCIA
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160027 - 4 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO - MEX	Pregão 00011/2019	23/04/2019 23/04/2020
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160069 - COMANDO LOGISTICO	Pregão 00002/2019	01/08/2019 01/08/2020
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160165 - 8. DEPOSITO DE SUPRIMENTO	Pregão 00011/2019	30/08/2019 30/08/2020
52111 - COMANDO DA AERONAUTICA	120195 - CENTRO DE AQUISIÇÕES ESPECIFICAS	Pregão 00186/2018	04/12/2018 04/12/2019

B) SER REALIZADA CONSULTA, AUDIÊNCIA PÚBLICA OU DIÁLOGO TRANSPARENTE COM POTENCIAIS CONTRATADAS, PARA COLETA DE CONTRIBUIÇÕES.

Não há necessidade da realização de consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições tendo em vista que a presente aquisição se tratar de um material comum, de acordo com **Parágrafo Único, do art. 1º, da Lei 10.520/2002, e o quantitativo a ser adquirido ser facilmente disponibilizado pelo mercado.**

IV - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO, ACOMPANHADA DAS JUSTIFICATIVAS TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO

A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado neste Planejamento de Aquisição, abrange atender a necessidade do **Departamento do Programa Calha Norte (DPCN)** com o **registro de preços de âmbito nacional para a eventual aquisição de veículos.**

V - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM ADQUIRIDAS, ACOMPANHADA DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, CONSIDERANDO A INTERDEPENDÊNCIA COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA

Documento de Formalização de Demanda nº 8, de 14 de outubro de 2020 (2797634).

Composição dos preços (2801940).

VI - ESTIMATIVA DO VALOR DA AQUISIÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO

Documento de Formalização de Demanda nº 8, de 14 de outubro de 2020 (2797634).

Composição dos preços (2801940).

VII - JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO, SE APLICÁVEL

1. Parcelamento: De acordo com a demanda.
2. Natureza do objeto: O objeto deste instrumento quanto ao seu tipo, é comum, por ser possível estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto, conforme Parágrafo Único do art. 1º da Lei nº 10.520, de 2002.
3. Opção de aquisição por: Menor preço por item.

VIII - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Os pregões realizados no período de 23/10/2018 até 22/10/2019 abaixo, relacionados contém itens com características similares ao pretendido neste instrumento:

1. **Pregão nº 00002/2019 - COMANDO LOGISTICO (UASG nº 160069), Pregão Eletrônico - Pregão Eletrônico - Aquisição de viaturas.**
2. **Pregão nº 00011/2019 - 8. DEPOSITO DE SUPRIMENTO (UASG nº 160165), Pregão Eletrônico - Pregão Eletrônico - Aquisição de Veículos Administrativos.**
3. **Pregão nº 00011/2019 - 4 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO - MEX (UASG nº 160027), Pregão Eletrônico - Pregão Eletrônico - Aquisição de equipamentos e viaturas.**

IX - DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE, IDENTIFICANDO A PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES OU, SE FOR O CASO, JUSTIFICANDO A AUSÊNCIA DE PREVISÃO

Não há necessidade de inclusão dos materiais no PGC tendo em vista que o Departamento de Administração Interna (DEADI) do Ministério da Defesa (MD) não realizará a aquisição de nenhum dos materiais em tela.

X - RESULTADOS PRETENDIDOS, EM TERMOS DE EFETIVIDADE E DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL

O resultado pretendido será alcançado com a aquisição de veículos a partir do **registro de preços de âmbito nacional**. Em relação a termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável estão contidos na Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, alterada pela Instrução Normativa IBAMA nº 11, de 13/04/2018, e somente será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da referida norma.

XI - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL OU ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DA ORGANIZAÇÃO

Não serão necessárias providências para à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização, tendo em vista que se trata de uma aquisição de material comum.

XII - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO

Os critérios e práticas de sustentabilidade estão contidos na Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, alterada pela Instrução Normativa IBAMA nº 11, de 13/04/2018, e somente será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da referida norma.

XIII - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA AQUISIÇÃO

Tendo em vista os elementos expostos neste instrumento, declaramos a viabilidade e a razoabilidade da aquisição.

OSMARILDO DE SOUZA - TC
Integrante Requisitante

MONALISA ALBERTIM SILVA - Servidora
Integrante Técnico

VOLMER DE OLIVEIRA SALES - ST
Integrante Administrativo

GERENCIAMENTO DE RISCOS

INTRODUÇÃO

Esta etapa tem por objetivo descrever, analisar e tratar os riscos e ameaças que possam vir a comprometer o sucesso em todas as fases desta aquisição.

1 - RISCOS DA AQUISIÇÃO:

1.1 - Identificação dos principais riscos que possam comprometer a efetividade do Planejamento da Aquisição, da Seleção do Fornecedor e da Gestão Contratual ou que impeçam o alcance dos resultados que atendam às necessidades da contratação.

1.2 - Avaliação dos riscos identificados, consistindo da mensuração da probabilidade de ocorrência e do impacto de cada risco.

1.3 - Tratamento dos riscos considerados inaceitáveis por meio da definição das ações para reduzir a probabilidade de ocorrência dos eventos ou suas consequências.

1.4 - Para os riscos que persistirem inaceitáveis após o tratamento, definição das ações de contingência para o caso de os eventos correspondentes aos riscos se concretizarem.

1.5 - Definição dos responsáveis pelas ações de tratamento dos riscos e das ações de contingência.

1.6 - A responsabilidade pela atualização do Gerenciamento de Riscos nas fases que abrangem os Estudos Preliminares e o Projeto Básico e/ou Termo de Referência é de competência da equipe de Planejamento da Aquisição; na fase de seleção do fornecedor da Coordenação de Licitação; e após eventos relevantes, durante a gestão do contrato pelos servidores responsáveis pela fiscalização.

2 - POSSIBILIDADES E DANOS:

Identificação das possibilidades de ocorrência e dos danos potenciais a cada risco identificado:

FASE DE ANÁLISE - PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR			
RISCO 1			
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio	<input checked="" type="checkbox"/> Alto
Id	Dano		
1	Impugnação do procedimento licitatório, causando o atraso na contratação ou o seu cancelamento (§ 1º, art. 41, Lei nº 8.666, de 1993).		
Id	Ação Preventiva	Responsável	
1	Anular o risco por meio de adequações técnicas que se fizerem necessárias.	Demandante.	
2	Anular o risco por meio de adequações jurídicas que se fizerem necessárias.	Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).	
Id	Ação de Contingência	Responsável	
1	Realizar as correções necessárias para prosseguimento do processo.	Demandante e ASPLAQ.	
2	Responder a impugnação caso seja de caráter técnico.	Coordenação de Licitação (COLIC), Demandante e ASPLAQ.	

FASE DE ANÁLISE - PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR			
RISCO 2			
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio	<input checked="" type="checkbox"/> Alto
Id	Dano		
1	Atrasos decorrentes de adequações necessárias as demandadas pelos setores internos: Coordenação de Licitação (COLIC) e Consultoria Jurídica (CONJUR).		
Id	Ação Preventiva	Responsável	
1	Analisar processos anteriores e análogos retirando as incoerências apresentadas.	ASPLAQ.	
Id	Ação de Contingência	Responsável	
1	Anular o risco por meio de ajustes neste instrumento.	ASPLAQ.	
2	Realizar as correções necessárias para prosseguimento do processo.	Demandante e ASPLAQ.	
3	Habilitar fornecedor com capacidade técnica para a realização da contratação desejada.	Demandante e COLIC.	

FASE DE ANÁLISE - PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR			
RISCO 3			
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio	<input checked="" type="checkbox"/> Alto
Id	Dano		
1	Licitações com itens desertos por motivos de critérios ambientais.		
Id	Ação Preventiva	Responsável	
1	Analisar processos anteriores e análogos, retirando as exigências do item que não foram atendidos.	ASPLAQ.	
2	Incluir as exigências de acordo com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS, DECOR/CGU/AGU, 3ª edição, revista, atualizada, ampliada - Abril/2020	ASPLAQ.	
Id	Ação de Contingência	Responsável	
1	Excluir a exigência no item que apresente problema no fornecimento.	ASPLAQ.	
2	Exigir atestado de capacidade técnica.	COLIC.	

Analisado:

OSMARILDO DE SOUZA - TC
Integrante Requisitante

MONALISA ALBERTIM SILVA - Servidora
Integrante Técnico

VOLMER DE OLIVEIRA SALES - ST
Integrante Administrativo

APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO

AUTORIDADES APROVADORAS DO PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO

Aprovo, de acordo com o Inciso II do art. 14 do Decreto nº 10.024/2019.

GEN DIV RI UBIRATAN POTY
Diretor do Departamento do Programa Calha Norte

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico – Compras

Atualização: Julho/2020

Acessado em 2 de outubro de 2020, às 15h36min no seguinte endereço: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/consultoria-geral-da-uniao-1/modelos-de-convenios-licitacoes-e-contratos/modelos-de-licitacoes-e-contratos/compras-pregao-eletronico>.



Documento assinado eletronicamente por **Osmarildo de Souza, Assistente Técnico(a) Militar**, em 23/10/2020, às 11:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Volmer de Oliveira Sales, Chefe**, em 23/10/2020, às 12:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Ubiratan Poty, Diretor**, em 23/10/2020, às 12:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Monalisa Albertim Silva, Assistente**, em 26/10/2020, às 17:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **2836444** e o código CRC **06F00751**.